

UMA TENTATIVA DE INTERPRETAÇÃO DO MODELO HISTÓRICO LATINO-AMERICANO

ANTONIO BARROS DE CASTRO *

PRIMEIRA PARTE

INTRODUÇÃO

Nas vésperas da vertiginosa expansão das relações econômicas internacionais, ocorrida ao longo do século XIX, os povos da terra apresentavam características que permitiriam sua classificação em quatro grupos, dos quais sairiam os protagonistas e figurantes do intenso “jôgo” a se desenvolver segundo as regras apregoadas pela doutrina liberal:

— nações européias que, sucessivamente, haveriam de se lançar num movimento de integral transformação de suas estruturas econômico-sociais do qual resultaria sua emergência como países industrializados (Inglaterra, França, Alemanha, etc.);

— reinos e impérios habitados por povos com longínquo e, por vészes, brilhante passado, então relativamente estagnados, por vészes decadentes. Apresentavam, em regra, uma densidade demográfica relativamente elevada, haviam desenvolvido instituições político-administrativas próprias e, bem assim, eram herdeiros de costumes e tradições oriundos de um passado remoto. Alguns dentre eles haviam sido militarmente dominados pelas potências comerciais européias, resultando de tais conquistas a imposição de práticas comerciais altamente proveitosas para os conquistadores e, em certos casos, a arrecadação de vultosos tributos (Índia, Indonésia, mais tarde Egito, etc.);

* Economista do Centro de Desenvolvimento — CEPAL/BNDE.

— colônias nascidas ou conquistadas quando das primeiras incursões de europeus sobre terras do Nôvo Mundo e africanas. Tais áreas coloniais resultavam da derrota, submissão e/ou expulsão de povos de variável grau de avanço sócio-cultural e nelas se desenvolviam atividades de extração ou coleta de artigos de alto valor por unidade de pêsso;

— regiões praticamente desabitadas, utilizadas como “colônias de povoamento”,¹ caracterizadas por abundância de terras e escassez de homens (Estados Unidos,² Canadá, Austrália).

O findar do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX se caracterizariam por profundas transformações, cujas conseqüências imediatas e remotas tenderiam a integrar as regiões acima discriminadas numa “economia internacional” em que, progressivamente, se distinguiriam as nações presentemente denominadas desenvolvidas e subdesenvolvidas.³

Essencialmente, a disseminação do uso dos primeiros inventos mecânicos, a descoberta de novas fontes energéticas e uma radical renovação dos meios de transporte, constituíam os avanços cujos efeitos, irradiando-se a partir da Inglaterra, profundamente alterariam as condições de vida dos povos acima mencionados. Os países que por distintas razões lograssem “internar” a cadeia de inovações tecnológicas em que consistiria a Revolução Industrial, transformando-a num mecanismo de permanente renovação, progressivamente se distanciariam dos demais. Estes, mantidos numa passividade, por vêzes garantida por via militar, em grau crescente adequariam sua estrutura e funcionamento aos requisitos do mercado internacional. Cabe insistir que, para que as diversas regiões do globo, progressivamente se articulassem com as necessidades dos países em vias de industrialização, faziam-se necessárias duas inovações que, em poucas décadas, multiplicariam as possibilidades de deslocamento de grandes volumes por longas distâncias.

Primeiramente, seria a introdução dos barcos metálicos, a seguir convertidos em barcos a vapor. Este decisivo passo na “revolução dos transportes”, permitiria que chegassem, economicamente, à Europa matérias primas e alimentos produzidos em tôdas as partes do mundo. Facul-

- 1) Em contraposição, as regiões anteriormente mencionadas, são, por vêzes, denominadas “colônias de exploração”. Tais expressões permitem, sem dúvida, diferenciar o significado do contato europeu com as nações latino-americanas e com os territórios norte-americano e australiano.
- 2) Estima-se que em 1770 apenas cerca de 5.000 brancos viviam a oeste dos Apalaches.
- 3) Algumas regiões do mundo não se incorporaram à “economia internacional”, quer como nações industriais, quer como fonte de bens primários. Dentre elas, destacam-se nações européias que, estagnadas, foram progressivamente marginalizadas ao longo do período em que se consolidou a “economia internacional” (Portugal e Espanha). Outras áreas ficaram, efetivamente, à margem das atividades econômicas internacionais, permanecendo como nações fechadas (Tibet, etc.) ou mantendo-se como grandes reservatórios de recursos naturais (África Central, em certa medida a Amazônia, etc.).

ERRATA

Pág. 14 1.^a linha — leia-se:

mediário. Em se tratando de cultura de exportação, pouco absorvedora

Pág. 46 1.^a linha — leia-se:

tramos, entre economistas mais modernos, alguns, como Georgescu-Ro-

Pág. 47 linhas 8 a 10 — leia-se:

de que, enquanto as fazendas paulistas, que, maximizam a renda líquida por hectare, medem em torno de 10 a 30 hectares, as de dimensões superiores maximizam a renda líquida por trabalhador sejam quais sejam suas

Pág. 47 29.^a linha — leia-se:

as fazendas de 30 hectares produzem um percentual do produto total

Pág. 48 último parágrafo — leia-se:

O somatório dos coeficientes (grau de homogeneidade) dessa função já nos revela alguma coisa sobre a relação eficiência, dimensão. Se $b + c + d + e > 1$ haverá rendimentos de escala, se $= 1$, não os haverá e se < 1 haverá rendimentos decrescentes. A informação, porém, diz apenas com a tendência geral, já que talvez haja intervalos nas dimensões em que a produção seja mais (ou menos) eficiente que a indicada pela função.

Pág. 49 3.^a linha — substitua-se por:

$Y'_i = \hat{a} (T_i^{\hat{b}}) (H_i^{\hat{c}}) (C_i^{\hat{d}}) (S_i^{\hat{e}})$ é a produção estimada para a fazenda i , sendo \hat{a} , \hat{b} , \hat{c} , \hat{d} , \hat{e} os coeficientes estimados da função produção y_i o produto real da fazenda i

Pág. 49 11.^a linha — leia-se:

a fórmula $E = A + f(X) + g(X^2) + h(X^3) + j(F)$ em que X é uma

Pág. 49 chamada 2, 1.^a linha — leia-se:

No modelo abaixo usamos $X = \text{Log}_e(T)$ onde T é área cultivada. O uso do

Pág. 50 linhas 6 e 7 — leia-se:

que o grau de homogeneidade estiver próximo de 1 e os coeficientes “f, g, & h” forem tais que não façam “E” variar sensivelmente. No caso de “f, g

Pág. 51 7.^a linha — leia-se:

da amostra FGV. Para que uma fazenda conste de um setor FGV, é

Pág. 51 25.^a linha — leia-se:

crece por um fator de A^n sendo n o grau de homogeneidade. X_1 é a

Pág. 51 27.^a linha — leia-se:

$\frac{X_1}{X_0} = A$ é o fator do aumento da escala dos insumos e, n é o somatório

Pág. 51 31.^a a 33.^a linhas — leia-se:

$\left(\frac{277 \text{ ha}}{3 \text{ ha}} \right)^{1,07} : \left(\frac{277 \text{ ha}}{3 \text{ ha}} \right) - 1 = 0,37$. Há portanto um au-

mento de eficiência da ordem de 37% quando se passa da fazenda menor para a maior.

Pág. 54 linhas 1 a 7 — leia-se:

Produção de cereais em São Paulo:

$\left(\frac{1.209 \text{ ha}}{2 \text{ ha}} \right)^{0,9235} : \left(\frac{1.209 \text{ ha}}{2 \text{ ha}} \right) - 1 = -0,39$. A eficiência cai de

39% quando se passa da fazenda menor para a maior.

Produção de cana-de-açúcar (amostra FGV):

$\left(\frac{990 \text{ ha}}{11 \text{ ha}} \right)^{0,8935} : \left(\frac{990 \text{ ha}}{11 \text{ ha}} \right) - 1 = -0,38$. A queda de eficiência,

quando se compara a fazenda maior com a menor é de 38%.

Pág. 54 13.^a linha — leia-se:

$E = A + f(X) + g(X^2) + h(X^3)$ (da tabela 2).

Pág. 57 fórmula — leia-se:

$E = A + f(\log_e T) + g(\log_e T)^2 + h(\log_e T)^3$.

Pág. 59 11.^a linha — leia-se:

da fazenda familiar de 8 ha. Quase não há diferenças entre uma e outra

Pág. 61 linhas 2 e 3 — leia-se:

Three worlds of development. The theory and practice of International Stratification. Irving Louis Haro-

Pág. 61 10.^a linha — leia-se:

as mais das vezes, escritas sob as estreitas perspectivas fornecidas por

Pág. 64 linha 9 — leia-se:

safiaram os desenvolvidos por isso que alcançaram, no passado, pre-

tava, pois, a sincronização das mais distantes regiões com os movimentos de industrialização e urbanização, em curso acelerado na Europa.

A seguir, o ciclo ferroviário permitiria que o comércio internacional que, até então, se limitava a roçar o litoral das nações e colônias extra-européias, estendesse sua influência à retaguarda de tais economias, reforçando o movimento de especialização na produção de artigos primários, já consolidado nas áreas acessíveis aos transportes marítimo e fluvial.

A trajetória das sociedades que, rapidamente, se veriam atreladas ao comércio internacional no correr do século XIX seria marcadamente diversa. Senão, vejamos:

— para as nações antigas, o contato inicial com as potências comerciais em expansão, ainda que doloroso, não havia provocado transformações em profundidade. Ao mercantilismo interessava a imposição de um intercâmbio proveitoso, se necessário garantido pelas armas. Com a intensificação do comércio mundial, no século XIX, porém, se agravariam enormemente as implicações da presença e dos interesses europeus. Com efeito, os países herdeiros de civilizações pretéritas veriam, então, destruídas suas milenárias instituições, contidas, e, a seguir, destroçadas as atividades artesanais em que, por ventura, pudessem competir com indústrias metropolitanas e convertida boa parte de sua força de trabalho em mão-de-obra de plantações e minas, cuja produção atenderia aos requisitos das regiões industrializadas. Submetidas a tão violentas transformações e destituídas de quaisquer mecanismos de defesa e adaptação vieram os volumosos contingentes demográficos destas regiões a constituir as mais pobres nações da atualidade, onde a renda per capita não ultrapassa, no mais das vezes, o insignificante marco de 100 dólares;

— nas colônias de exploração não pre-existiam, em regra, civilizações avançadas. Os povos encontrados nessas áreas haviam sido dizimados (Argentina, Cuba, México, etc.) e/ou expulsos para regiões longínquas. Tais nações viviam, pois, já integradas no comércio internacional ao se verificarem as transformações que resultaram do estabelecimento de uma divisão internacional do trabalho. O que ocorreu nestes casos, por conseguinte, foi uma intensificação de intercâmbio que, anteriormente, dadas as limitações impostas pelos deficientes meios de transporte se baseava na obtenção de um reduzido volume de artigos de alto valor. O entrosamento destas regiões no esquema liberal de divisão mundial do trabalho não implicaria, pois, num profundo esforço de conversão e especialização produtiva. Significava, sim, a implantação de novas atividades e, genericamente, a reorientação das atividades primárias que tenderiam a evoluir da extração de produtos nobres à produção de matérias primas e alimentos.⁴

4) O caso do Peru é ilustrativo a êsse respeito: passa de produtor de ouro a oferente de salitre e guano. Em se tratando de regiões dedicadas à pecuária, não há mudança de atividade e sim um deslocamento das atenções que passam do couro à lã e à carne.

O trauma da conquista já havia, então, sido superado nas colônias de exploração e as populações autóctones encontravam-se marginalizadas, constituindo, em certos casos, autênticos reservatórios de mão-de-obra, entre essas regiões algumas seriam beneficiadas por uma demanda externa em rápida expansão ao longo do século XIX. Quando, ademais, fôsse mantida relativa rarefação demográfica diante de recursos naturais abundantes tenderiam a constituir-se nações⁵ caracterizadas por resultados apreciáveis no plano econômico (Argentina e Uruguai). Em alguns casos, no entanto, a sobrevivência de grandes contingentes de população indígena aliada a recursos naturais menos generosos ou de difícil acesso, acarretaria o surgimento de países apresentando resultados médios muito inferiores (Peru, Bolívia, Paraguai, etc.).⁶

Na reconstrução das origens do subdesenvolvimento cabe descartar a última modalidade de região anteriormente apontada. Para elas, o adolescente capitalismo europeu transportou-se com armas e bagagens — foram os homens, algum capital, as instituições e os ideais, que recentemente se encontravam em vias de implantação no Velho Mundo. Esperavam-nos solos férteis e clima semelhante ao das zonas de procedência. Estas áreas tiveram um destino inteiramente diverso, ao invés de subdesenvolvidas resultaram nas nações mais ricas do globo. Entre elas situam-se os Estados Unidos, Canadá e a Austrália (tôdas com renda per capita superior às matrizes européias).

AS FUNÇÕES DE PRODUÇÃO DOMINANTES E A ESTRUTURAÇÃO INTERNA DAS ECONOMIAS LATINO-AMERICANAS⁷

As regiões exportadoras de produtos primários têm, evidentemente, no fator exógeno — demanda externa — a variável que lhes dá alento e determina o ritmo a que podem se expandir. As características de estrutura e funcionamento destas regiões são determinadas, basicamente, por duas ordens de fatores: a macrofunção de produção do setor exportador e os dados histórico-geográficos de que parte o embrião do país considerado. Estabelecamos, primeiramente, uma tipologia para constituição fatorial das atividades aí encontradas.

- 5) A implantação do esquema de divisão internacional do trabalho foi acompanhado na América Latina de vitoriosos movimentos de libertação política.
- 6) Esta classe de países, e seus subgrupos, serão objeto de análise pormenorizada nas páginas que seguem, daí limitarmos-nos a tão sumária caracterização.
- 7) Nas páginas anteriores foram realçados aspectos básicos no surgimento e definição das nações subdesenvolvidas. A partir deste momento, passamos a analisar a conformação das regiões que vieram a constituir a nações latino-americanas da atualidade.

Quanto ao emprêgo de *homens* delineiam-se as seguintes hipóteses:

- diminuta ocupação de mão-de-obra em atividades do tipo pecuária extensiva;
- reduzido e localizado emprêgo de homens em atividades extra-tivas-minerais, no mais das vêzes situadas em áreas de difícil acesso;
- volumoso emprêgo de mão-de-obra, empregada na colheita e manutenção de culturas perenes;
- grande contingente de mão-de-obra absorvida na cultura, beneficiamento, ou mesmo industrialização de produtos agrícolas de ciclo anual;
- contingente variável de homens, trabalhando diretamente sôbre a natureza e à margem da economia de mercados.

Quanto à utilização de *recursos naturais*:⁸

- extensiva, no caso da pecuária, com maior aproveitamento no caso de atividades do gênero "plantation" (cana, banana, algodão, etc.), e nas culturas perenes, intensiva, no caso de jazidas minerais.

Quanto ao emprêgo de *capital*:

- distingamos, inicialmente, as atividades de extração mineral, em que tendem a ser amplos os requisitos em termos de equipamentos, "know-how" e recursos financeiros;
- nas atividades classificadas como agro-indústria são utilizados, em certa monta, equipamentos que evoluem de formas simples e de aprovisionamento local (engenhocas, banguês, etc.) até formas complexas, de grande intensidade de capital;
- finalmente, há que mencionar um gênero de atividades em que o volume de "capital" acumulado é ainda considerável — referimo-nos às atividades fundamentadas em "estoques" como rebanhos, cafezais, plantações de cacau, etc.;
- praticamente destituídas de capital, na acepção real ou financeira do termo, são as atividades integrantes da economia "natural", em grande medida dedicadas a auto-consumo.

Combinando estas sumárias postulações concernentes às macro-funções de produção e adicionando, sempre que necessário, informações relativas à pre-existência ou não de culturas autóctones e, ainda, referentes ao espaço a ser coberto, podemos chegar a algumas conclusões sôbre as origens e constituição dos desequilíbrios setoriais, espaciais e sociais nas economias primário-exportadoras.

8) A dotação de recursos naturais de cada região consiste, naturalmente, num dado preliminar que influencia o gênero de atividade a ser desenvolvido.

Vejamos, primeiramente, as implicações *setoriais* de distintas combinações, a partir das possibilidades anteriormente mencionadas.

A produtividade, por homem, do setor exportador será tanto maior quanto mais ampla a dotação de capital por pessoa ocupada e, naturalmente, aferida a preços correntes, quanto melhor a cotação internacional do produto explorado. Historicamente, os casos em que, notoriamente, a quantidade de capital por homem ocupado tende a mostrar-se, desde cedo, considerável, compreendem a exploração de jazidas minerais e as atividades pecuárias.⁹ Quanto à relação entre a produtividade a preços correntes e as cotações internacionais dos produtos em pauta, não se faz necessário adicionar qualquer consideração neste momento.

A produtividade por homem será menos destacada no setor exportador, na medida em que tais atividades não impliquem em elevada acumulação de capital e sejam altamente empregadoras de mão-de-obra. A cultura cafeeira, a êsse propósito, constitui talvez um caso intermediário, dado que supõe uma considerável mobilização de recursos na forma de plantações, exigindo, além do mais, o emprêgo intensivo de trabalhadores rurais.

Evidentemente, as atividades de auto-consumo, baseadas num confronto direto homem/natureza, caracterizam-se por sua baixa produtividade.

Além do setor exportador e da economia natural, devemos mencionar a existência de setores de atividades direta ou indiretamente dependentes das exportações. Referimo-nos ao comércio e finanças que acompanham a saída de produtos para o exterior, assim como a distribuição interna das mercadorias importadas e, por outro lado, às atividades que provêm a subsistência da mão-de-obra empregada nas atividades exportadoras e, genericamente, na prestação de serviços. Tal tema será desenvolvido, a seguir, ao ser comentada a fisionomia espacial das estruturas aqui esquematizadas. Acrescentemos, tão somente, que as atividades comerciais, financeiras e, ademais, políticas e administrativas, constituirão a base e razão de ser das cidades, enquanto a necessidade de abastecer os centros urbanos e a mão-de-obra empregada no setor exportador fomentará a implantação de atividades que despontam como o embrião de um setor produtivo, voltado para o mercado interno.

As considerações precedentes permitem-nos estabelecer algumas conclusões sobre os desequilíbrios setoriais de uma economia primário-exportadora. Os desníveis tendem a ser acentuados ao máximo desde que coexistam atividades mineradoras e restos de culturas pretéritas e/ou exceden-

9) Na Argentina, segundo Giberti (*El Desarrollo Agrario Argentino*, pág. 12.13) 10 peões e 1 capataz controlavam, nos primeiros tempos da pecuária extensiva, 10.000 cabeças de gado.

tes demográficos de origem vária (mestiços, etc.) constituindo fragmentos de uma economia inteiramente desarticulada. Serão menos acentuadas, sempre que não tenha expressão a economia natural (que em todos os casos constitui o setor de menor produtividade) e desde que não existam atividades exportadoras altamente capitalizadas.

Tentemos, agora, apontar as implicações espaciais das funções de produção imperantes.

Antes de mais nada, lembremos que a exportação mineral, na medida em que localizada e de elevada produtividade, constitui-se num quisto desvinculado da vida econômica do contexto em que se insere. Nas demais áreas em dependência de condições de solo e clima, encontram-se populações rurais dedicadas a cultivos de subsistência, distribuídas por latifúndios, explorações comunitárias (egidos) ou diminutas parcelas de propriedade individual (minifúndio).

No polo oposto, as atividades extensivas do gênero pecuário tendem a expandir-se, progressivamente, por círculos concêntricos que, paulativamente cobrem a nação garantindo-lhe uma conformação espacial relativamente homogênea.¹⁰ Neste caso, verifica-se uma progressiva expulsão da economia natural e/ou indígena que recua à medida que avançam as atividades agro-pecuárias.

A mais complexa estrutura espacial se verifica quando a atividade exportadora é altamente empregadora de mão-de-obra e obtém um produto de reduzido consumo local. Neste caso a necessidade de alimentar a mão-de-obra empregada no setor exportador acarreta o desenvolvimento de atividades voltadas para o mercado interno que tendem a situar-se próximas às culturas de exportação, cedendo-lhes, no entanto, os solos mais férteis e as áreas mais acessíveis. Note-se, a esse propósito, que tanto na mineração como na pecuária tal fenômeno não se faz presente, ainda que por distintas razões. No primeiro caso, o volume relativamente diminuto de homens empregados nas minas, sua alta rentabilidade e, em regra, difícil acesso, têm, por consequência, um elevado volume de importação de "wage goods"; no segundo caso, o exiguo emprêgo de mão-de-obra e o aprovisionamento local de carnes, couros e lãs, atende aos principais itens do consumo, típicos da vida dos "peões".

A par das zonas dedicadas a agro-pecuária e orientadas para o mercado interno, as economias primário-exportadoras altamente empregadoras de mão-de-obra tendem a fomentar o surgimento de atividades

10) Referimo-nos, pois, a casos em que se verifique uma oferta ilimitada de recursos naturais facilmente acessíveis e adequados à pecuária. Evidentemente, a existência localizada e reduzida de pastagens não propicia uma "massa crítica" capaz de permitir o efetivo surgimento de uma economia exportadora de couro, lã e/ou carne.

artesanais-industriais (produtoras de materiais de construção, tecidos grossos, etc.) amplamente dispersas, mas com tendência a gravitar em torno de centros urbanos a medida que estes comecem a ganhar peso demográfico.

Na configuração espacial há, por fim, que destacar o papel e a importância relativa das cidades. Sendo suas funções básicas facilitar a drenagem de produtos exportados, distribuir as importações e servir de base ao aparato político-administrativo, sua importância será mínima em nações com atividades exportadoras estanques e altamente capitalizadas. Cobram grande importância os centros urbanos quando atividades do gênero pecuário apresentem elevado índice de produtividade, mantendo-se, ademais, amplamente dispersas. Neste caso, o volumoso excedente de alimentos, a pouca capacidade de absorção de mão-de-obra por parte da atividade básica, a elevada capacidade de importar e conseqüente relevância do setor comercial, resultam na formação de grandes cidades.

Os centros urbanos e, particularmente, a capital, em qualquer destes casos, terão seu peso influenciado, ainda, pelas atividades governamentais que, por sua vez, estão na dependência de vários fatores. Neste ponto devem ser consideradas várias ocorrências históricas singulares: Lima e Rio de Janeiro, por exemplo, ganharam extraordinário peso e influência dada a gravitação política que lhes foi atribuída. Nas nações exportadoras de produtos minerais os centros urbanos, não tendo destacadas funções comerciais e financeiras, terão seu crescimento estreitamente dependente do grau em que o Estado consiga incrementar sua arrecadação fiscal sobre as exportações, logrando, em conseqüência, financiar um volume considerável de atividades.

O exame da estrutura *social* e de seus desequilíbrios deve ser feito à luz de considerações relativas ao volume de capital necessário às explorações e à dotação de mão-de-obra com que conta a economia.

As explorações que empregam em abundância capital, como já vimos, são de vários tipos. Em se tratando de atividades primárias para as quais a acumulação de capital, sob forma de rebanhos e plantações perenes supõe, em grande medida, o mero passar do tempo (sem vultosas inversões iniciais), tende a despontar camadas proprietárias com aspectos de aristocracia rural e dotadas de grande projeção na estrutura político social. A ela se contrapõem os homens que trabalham no campo, sem que tendam, praticamente, a definir-se estratos intermediários. As camadas de estatura econômica média surgem, sim, embrionariamente, na medida em que ganha vigor o comércio e as pequenas atividades manufatureiras voltadas para mercado interno. Reside aí a oportunidade de surgimento de pequenas fortunas, capazes de evoluir para a configuração de uma burguesia urbana (as condições para que isso ocorra serão, mais tarde, situadas).

As atividades mineral-exportadoras, altamente capitalizadas,¹¹ tendem a ser de propriedade estrangeira e a absorver uma massa operária indiferenciada com forte propensão à constituição de organismos sindicais. A elevada produtividade de tais empreendimentos facilita, aliás, o atendimento de certas reivindicações operárias não tardando, pois, estas camadas a atingir elevados padrões salariais em termos histórico-relativos.

Quanto às atividades agrícolas em que o processamento das safras permite evoluir-se para um regime de agro-indústria, considere-se dois casos. Quando são de origem remota, tendo pois resultado de um longo processo de acumulação endógena, despontam em seu bôjo grandes fortunas rurais que tendem a assumir funções empresariais em atividades tipicamente capitalistas. A agro-indústria, que surge retardatariamente, na fase em que as nações capitalistas exportam capitais para inversões diretas, no entanto, tende a ser de propriedade estrangeira (sobretudo em se tratando de nações economicamente débeis).

A simplicidade do esquema de estratificação rural — grande proprietário x trabalhador agrícola — deve ser superada ao considerarmos a hipótese da subsistência de populações autóctones ou de excedentes demográficos absorvidos por atividades autoconsumo. Quanto às populações indígenas, pelo seu isolamento e incapacidade total de acesso, tendiam na etapa primária-exportadora de nossas economias a ter uma existência extra-social. Apesar de não incorporadas ao sistema, constituíam, no entanto, manancial de mão-de-obra capaz de deprimir ou manter ao nível de subsistência o padrão de vida dos trabalhadores das atividades exportadoras. Outrossim, a simbiose em que viviam o setor produtor de alimentos e as atividades exportadoras com grandes contingentes de trabalhadores rurais, dotavam essas últimas de um reservatório imediatamente mobilizável de força de trabalho. Naturalmente, a disponibilidade de homens nas culturas de subsistência tenderia, pois, a regular os padrões de remuneração nas culturas de exportação. Nos casos em que se evidenciasse uma ampla disponibilidade de mão-de-obra na agricultura de subsistência (que circunda e entremeia a produção para exportação), o nível de remuneração nos dois setores seria, além de semelhante, marcadamente baixo.

O surgimento de camadas médias deve ser explicado, em cada caso, por razões distintas.

As nações cujas atividades exportadoras, altamente capitalizadas, fôssem de propriedade estrangeira teriam no Estado a única base e sustentáculo do surgimento de indivíduos gozando de um status social inter-

11) Entendemos neste texto por economia exportadora-mineral aquelas em que se verifica a extração de minérios por métodos capitalísticos, sendo, pois, excluídas as ocorrências históricas em que a mineração surge como uma atividade improvisada, baseada em técnicas rudimentares e sem a constituição das grandes empresas (Não cogitamos, por exemplo, do chamado "ciclo do ouro" no Brasil).

mediário. Em se tratando de cultura de exportação, pouco observadora de mão-de-obra, dispersa e de propriedade nacional, o surgimento de grandes cidades (explicado basicamente pela intensa vida comercial) daria ensejo, como já foi aludido, à constituição de uma embrionária burguesia comercial. As atividades altamente empregadoras de mão-de-obra, além de suscitarem oportunidades comerciais consideráveis, propiciariam a proliferação de atividades artesanais-industriais, à testa das quais poderiam despontar pequenos e médios empresários.

EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS DO MODELO

A variável exógena — demanda externa — que, como sabemos, rege a evolução das economias primário-exportadoras, mostrou-se, historicamente, sujeita a fases de expansão e retração, bem como a súbitos deslocamentos e lentos, porém definitivos processos de saturação. Quaisquer destas alterações repercutia em profundidade sobre as economias “reflexas” que tendiam a reagir segundo sua conformação estrutural interna.

— As atividades altamente capitalizadas e de propriedade alienígena, pela sua característica desvinculação das demais atividades econômicas internas eram, notoriamente, incapazes de difundir suas crises e movimentos de expansão. Grande parte do valor agregado, constituía-se em rendas de propriedade e estas sofriam compressões ou se dilatavam segundo as pulsações da conjuntura internacional. O elo que neste caso tendia a transmitir para o plano interno as alterações verificadas, constituía-se na arrecadação fiscal que, em maior ou menor monta, conseguisse o Estado impôr às exportações.

Além dos movimentos cíclicos a que estariam sujeitas as atividades aqui consideradas, pairava sobre elas o perigo da substituição tecnológica ou da descoberta de novas fontes de aprovisionamento, acarretando o desinteresse e abandono das explorações existentes.

As fases de ampliação da demanda, dada as características das funções de produção em causa, a abundância de capitais nas economias maduras e a rapidez de progresso tecnológico que ali se processava, muitas vezes redundavam em renovação de processos e equipamentos. Tornadas mais eficazes as explorações, verificava-se redução do coeficiente de absorção de mão-de-obra (por vezes mesmo, do número absoluto de mineiros). O contingente empregado não tenderia, pois, a ampliar-se substancialmente, podendo, sim, reivindicar com sucesso alguma melhoria nos padrões salariais. As fases críticas se fariam acompanhar não apenas da compressão dos lucros e queda da arrecadação fiscal, como do emprêgo — não sendo impossível a ocorrência de novas substituições de homens por máquinas, dado o barateamento do capital nas economias deprimidas e na dependência de terem os operários conquistado, precedentemente, rendimentos considerados elevados. Completando o quadro, adicionemos que

enquanto as cidades poderiam sofrer impactos positivos ou negativos que lhes chegariam através de variações do gasto público, as massas componentes da economia natural nada teriam a ver como os sucessos e reveses do setor exportador.

— As regiões dominadas pela pecuária, caracterizar-se-iam por um processo de ocupação progressiva de espaço nacional, um ritmo que se acelerava ou retardava nas fases de bonança e crise de comércio internacional. Havia, no entanto, uma certa irreversibilidade do movimento expansionistas que, ademais, seguia a reprodução dos rebanhos e o incremento demográfico. A economia natural iria, pois, sendo “empurrada” para regiões longínquas. Quanto às cidades, que viviam das atividades adjacentes à exportação, pulsavam no mesmo sentido que as atividades exportadoras. Neste caso, o aumento das exportações traduzia-se em maior capacidade de importar que, dada a propriedade nacional dos ativos, provocava um incremento da aquisição externa de bens de consumo, destinados aos agrupamentos urbanos de estatura econômica média e às classes proprietárias.

O acesso a novas regiões e a intensificação do tráfego comercial interno exigiam a progressiva ampliação da rede de transportes, o que, em regra, se baseava em inversões estrangeiras. Dado que a pecuária, além de constituir-se em fonte de artigos exportáveis, fornecia gêneros consumidos pelas populações rurais e urbanas, a vulnerabilidade às crises externas era, nestes casos, atenuada.¹²

A longo prazo, o aumento da demanda redundaria numa crescente integração do território nacional e possibilitaria a constituição de centros urbanos de grande porte. Esta última observação sugere que o prosseguimento da expansão, conservando o regime bi-polar proprietário x peão, dominante nos campos, reforçaria, no entanto, as camadas vinculadas ao comércio e, possivelmente, fomentaria a expansão do Estado, comprometido com o acréscimo do volume de serviços urbanos e com os encargos administrativos de uma sociedade em crescimento. Tenderia, aliás, o Estado a ser submetido, em grau crescente, a pressões empreguistas, dificilmente contornáveis em comunidades que, não obstante exibir padrões relativamente elevados de renda, caracterizavam-se pela escassa diversificação de suas atividades econômicas e, por conseguinte, pela quase inexistência de alternativas de emprêgo.¹³

12) A alternativa do mercado interno que, em certa medida, resguardava as atividades produtoras de alimento, constituiria um problema em etapas posteriores, como se verá adiante.

13) A elevada produtividade dos trabalhos no campo e a abundância de que ali se desfrutava tenderiam, por outro lado, a estabelecer como padrão de referência e expectativa, um nível razoável de bem estar material, o que dificultaria o surgimento de indústrias com custos comparativos vantajosos. Como veremos adiante, a ocorrência de crises no mercado internacional, provocando substancial elevação nos preços relativos das manufaturas de procedência externa, propiciariam estímulos excepcionais à arrancada industrial.

— A agricultura de exportação, altamente empregadora de mão-de-obra, quando induzida a expandir-se, defronta-se, preliminarmente, com o problema de conseguir trabalho nas proporções requeridas. Tal questão levou, em certos casos, à adoção de expedientes extraordinários que, profundamente, marcaram a história das regiões em causa. A importação de africanos e, numa fase superior, o ingresso de imigrantes europeus constituíram medidas de reforço à disponibilidade de mão-de-obra a que se viram levadas várias regiões latino-americanas. A gravidade com que se colocava a questão da força de trabalho para culturas em expansão dependeria das dimensões assumidas pelas atividades agro-pecuárias voltadas para o mercado interno e/ou pela economia “natural” (de auto-consumo).¹⁴ Quanto a absorção de indígenas, poucos sucessos foram obtidos dado que mais fácil se mostrava provocar sua fuga e internação que sua absorção nos pesados trabalhos implicados pelas atividades exportadoras. O abandono quase total das regiões costeiras pelos indígenas do Pacífico (por exemplo, no caso do Peru, onde se necessitaria amplamente mão-de-obra para as plantações de cana) ou do Atlântico, testemunha, com eloquência, a última afirmativa.

Ao se avolumar a demanda de alimentos, animais de tração, etc., pelo setor exportador, poderiam chegar a constituir-se autênticas regiões “primário-exportadoras internas”.¹⁵ Haja ou não um processo de individualização das atividades que abastecem o setor exportador, seu funcionamento poderia ser caracterizado como “sub-reflexo”, por espelhar, indiretamente, as vicissitudes do mercado internacional.

É lícito pensar que nas fases de crise uma parcela do setor exportador involuía para a produção de alimentos, enquanto uma fração considerável das atividades produtoras de artigos de subsistência desconectava-se dos mercados, regredindo para a economia de auto-consumo. Nas fases de expansão, o setor externo tendia a empurrar para o “hinterland” a economia de alimentos e a expulsar do seu seio os bolsões remanescentes de culturas de alimentos.

Evidentemente, há, no entanto, que distinguir quanto ao impacto interno das alterações do mercado internacional, entre o ocorrido com as culturas perenes e com as atividades de ciclo anual. Nestas, verifica-se uma maior capacidade de adaptação às oscilações de demanda externa, via liberação ou absorção de homens e solos. A inflexibilidade das cultu-

14) No Brasil, por exemplo, o primeiro surto cafeeiro ocupou o Vale do Paraíba e pôde valer-se da abundância relativa de mão-de-obra deixada pela involução da economia mineira. Quando, no entanto, o café marcha para o oeste de São Paulo já não mais existem sobras de mão-de-obra no sul do país e faz-se necessário apelar para a imigração.

15) No Brasil, o “hinterland” nordestino no ciclo do açúcar e — com uma mais clara individualização regional — a economia gaúcha quer no ciclo de ouro quer, posteriormente, na fase do café constituem, exemplos históricos de economia “exportadora interna” de produtos primários.

ras perenes se por um lado expõe em maior medida os interesses exportadores às crises mundiais, por outro lado, como veremos, fornece importantes razões para o emprêgo de instrumentos de defesa interna da renda.

Os lucros e o aumento do crédito verificados nos anos favoráveis engendraram a base financeira para a expansão das atividades exportadoras. A proximidade da economia de alimentos impedia, no entanto, que a maior necessidade de mão-de-obra redundasse em sensíveis elevações salariais, salvo quando um ritmo excepcionalmente acelerado do crescimento esgotasse as reservas próximas de mão-de-obra.¹⁶

Evidentemente, o aprovisionamento local de mão-de-obra e, bem assim, as importações de escravos, dado o baixo nível de vida imperante nos campos, não se refletiam senão na aquisição de um maior volume de alimentos e tecidos de baixa qualidade. O ingresso de imigrantes ou a pura rarefação da mão-de-obra, porém, elevando a cotação do trabalho teriam efeito qualitativamente distinto, pois não apenas se traduziriam em aumento da demanda de artigos indispensáveis à subsistência, como dariam margem a uma certa diversificação do mercado interno.

O recurso à imigração européia pode ser considerado prova cabal de que as atividades em estudo, não obstante amplamente empregadoras, haviam atingido padrões elevados de produtividade. Isto porque a incorporação de europeus, ainda que apoiada por medidas e subsídios governamentais, se traduziria em considerável elevação dos custos da mão-de-obra. Visto o problema por outro ângulo, sòmente a expectativa de lucros excepcionais poderia induzir importantes transformações no comportamento dos senhores rurais. Daqui se infere que, a par da ampliação do mercado interno, verificar-se-ia considerável aumento das importações de artigo de consumo de qualidade superior, típicos do padrão de vida dos proprietários rurais e seus "agregados", bem como dos estratos sociais mais favorecidos, na esfera do comércio e de outras atividades terciárias ligadas às exportações.

O DESPERTAR DO SETOR MANUFATUREIRO E O PERFIL ESTRUTURAL EM TRANSFORMAÇÃO

O atendimento do mercado interno dá ensejo à constituição não apenas de uma economia de alimentos, como de despreziosas indústrias que, de início, não produzem mais que artigos cujo baixo custo por unidade de volume impede o comércio internacional. Tais atividades despontam, aliás, muito cedo nas regiões primário-exportadoras que, mais

16) Pode-se aquilatar o volume de mão-de-obra empregado em certos períodos de expansão pelo fato de que, não apenas se recorria à imigração como o aprovisionamento de alimentos se tornava deficitário, havendo que recorrer à importação de gêneros de subsistência.

tarde, viriam a converter-se nas nações latino-americanas industrialmente mais avançadas. Tem início com um artesanato protegido por questões de distância¹⁷ e adequação a condições locais de comercialização (feiras, etc.). O avanço destes primeiros ensaios no campo manufatureiro está, preliminarmente, na dependência do volume de mão-de-obra ocupado nas atividades exportadoras, do respectivo nível de produtividade e, naturalmente, da maior ou menor internação do setor exportador, no território em vias de ocupação. Posteriormente, o incremento do processo de urbanização oferece facilidades e amplia os mercados passíveis de parcial conquista pelas atividades manufatureiras que, de início, mostravam-se predominantemente orientadas por mercados rurais.

Não se poderia contudo compreender a trajetória incipiente da industrialização nas economias primário-exportadoras sem levar em consideração a característica instabilidade deste modelo de crescimento. As crises que, freqüentemente, assolam o mercado internacional constituem, por suas repercussões, um mecanismo poderoso, ainda que instável, de estímulo aos primeiros passos da industrialização. Tal fato resulta, basicamente, de que à queda na receita, em divisas, propiciada pelas exportações, reagem as camadas proprietárias do setor rural pressionando o Estado no sentido de adotar medidas de política econômica que impeçam a compressão paralela de sua renda em moeda local. Dois expedientes, tipicamente, se prestam à defesa da renda do setor exportador face às crises: desvalorização cambial e compra de excedentes.

Naturalmente, dentre os vários gêneros de atividades primárias são as culturas perenes que, por sua inflexibilidade, fornecem os mais fortes argumentos com que podem contar as classes proprietárias ao reivindicar a adoção das medidas mencionadas. Acionados os mecanismos de defesa o aumento dos preços relativos dos produtos importados e a conseqüente redistribuição da demanda em favor do mercado interno estimulam a expansão das atividades manufatureiras locais.

Não parece lógico supor que, nos períodos críticos, seriam as classes de mais altas rendas levadas a abastecer-se no mercado interno. Com efeito, seu excepcional poder aquisitivo lhes permitiria prosseguir adquirindo (ainda que em quantidades reduzidas) os artigos finos de procedência externa. Os grupamentos citadinos, no entanto, menos capazes de sensibilizar os centros de poder na obtenção de favores, mas tendo sua renda parcialmente garantida (na medida em que derivada do setor exportador) serão levados a buscar no mercado interno artigos mais simples e mais baratos, capazes de atender seus hábitos de consumo. Tal desvio

17) Referimo-nos, no caso, a que a barreira "protecionista" pode se constituir não nos custos de transporte transoceânico, mas na dificuldade de trânsito interno de mercadorias. Esta defesa natural seria progressivamente abolida em conseqüência dos ciclos ferroviário (ainda na etapa primário-exportadora) e rodoviário (já em plena fase de industrialização). Para uma nação continental e de vida econômica desarticulada como o Brasil a fragmentação dos primeiros esforços industriais era notória (Normano, pag. 269).

de poder de compra permite às manufaturas internas evoluir no sentido da produção de artigos simples de consumo generalizado, sendo seu ritmo de expansão submetido aos estímulos provenientes das crises e ao avanço do processo de urbanização.

As considerações referentes à qualidade e diversidade dos bens que passam a ser demandados internamente, permitem-nos, pois, concluir pela existência de uma certa continuidade no movimento de expansão da demanda interna.

No incipiente setor industrial podemos distinguir duas possíveis frentes de expansão: uma, protegida por custos comparativos (transportes, etc.) e capacidade de adequação à demanda; a outra, fruto de crises. Em todo movimento de recuperação (superação das fases de depressão do mercado externo) é posto em cheque o segundo grupo de atividades, ameaçado diante do incremento das importações. A sorte das novas indústrias estará, na realidade, na dependência de vários fatores. Primeiramente, há que considerar se a recuperação custa ou não a vir e se, ao chegar, leva ou não a economia a um grande surto exportador. Quanto maior a duração da crise e, bem assim, quanto mais amplo o mercado criado pelas exportações em períodos anteriores, mais tendem a enraizar-se as novas indústrias, dentre as quais podem algumas avançar até o ponto em que seus custos de produção se tornem competitivos, sendo, assim, sedimentadas suas bases internas.

Se as novas condições com que se deparam as atividades exportadoras se mostrarem excepcionais, estará seriamente comprometida a sorte do embrião industrial.¹⁸ É nesta fase que se intensificam os debates em torno da "vocalização agrária" de nossas economias, havendo interesses nitidamente contraditórios em jogo. A favor do prosseguimento da industrialização estarão, naturalmente, os empresários, certos setores de classe média que vêm na indústria oportunidades de emprego, além de intelectuais heterodoxos.¹⁹ Contra a industrialização se erguem as vozes representativas dos senhores rurais, dos interesses internacionais e da classe média, dividida pelo fato de que não apenas é, em boa medida, empregada pelos setores exportador e comercializador de produtos internacionais, como consumidora de artigos importados (de melhor qualidade e mais barato nas fases de bonança). Nestes conflitos que se renovam em cada retomada do comércio internacional tendem sempre a vencer, admitindo concessões mínimas, os interesses voltados para o mercado internacional.

Deve ser acrescentado que os interesses industrialistas e agraristas só entram efetivamente em choque quando, ultrapassada a fase depressiva,

18) No Brasil, por exemplo, o notável surto cafeeiro das últimas décadas do século XIX, levou a um retrocesso flagrante o incipiente processo de industrialização.

19) As recém-surgidas camadas operárias, em regra não tendem a ter voz ativa ao processo político (salvo, talvez, quando constituídas de imigrantes europeus, com maior tradição de participação nas questões e conflitos sociais).

ressurgem condições propícias ao livre cambismo e à isenção do Estado em matéria econômica. Durante os períodos de conjuntura internacional difícil, no entanto, a defesa da renda externa, objetivo imediato dos senhores rurais, era exatamente o mecanismo que dava cobertura à expansão industrial.

A produtividade por homem das indústrias emergentes, confrontada com a das atividades agrícolas, altamente empregadoras de mão-de-obra e pouco capitalizadas, deveria definir-se em plano nitidamente superior. Tal fato não deve levar à errônea idéia de que a rentabilidade pudesse ser maior nas atividades industriais. Antes de mais nada, porque a disponibilidade de mão-de-obra integrada nas culturas alimentares, ou seja, numa agricultura desprotegida, sem capitais e incapaz de reter as melhores terras, mantinha deprimidos os salários do homem do campo,²⁰ enquanto os operários em economias sem tradição fabril e escassa vida urbana constituíam grupamentos relativamente privilegiados. Também a estrutura monopolística da produção para exportação, em regra baseada na grande propriedade, atribuía especial solidez à posição econômica dos senhores rurais.

A bem dizer, na economia como um todo deveriam mostrar-se marcadamente oscilantes os coeficientes de rentabilidade. O exame anterior dos conflitos de interesses permite-nos, inclusive, adicionar que a lucratividade das atividades exportadoras e dos empreendimentos manufatureiros deveriam variar com sinal contrário (sendo talvez mais sensíveis as atividades voltadas para mercado interno que, quando em dificuldade, não logravam mobilizar os instrumentos de política econômica em seu favor).

A diferença entre a produtividade dos setores industriais e exportador seria tanto maior quanto mais reduzida a relação capital x homem nas atividades rurais. Nestas, a capitalização e conseqüente avanço da produtividade deveria se fazer acompanhar de uma elevação mais que proporcional da rentabilidade, dado que enquanto a eficiência se elevava, como reflexo da introdução de equipamentos, os níveis salariais seriam pautados pelas alternativas internas (e, ademais, rurais) de ocupação.²¹

O confronto do nascente setor industrial com as atividades produtoras de alimentos para consumo interno cujo funcionamento está atrelado à demanda do setor exportador acusaria disparidades ainda mais acen-

20) Já se fez referência ao fato de que uma aguda carência de mão-de-obra poderia, entretanto, acarretar o estabelecimento de salários bem mais elevados, com a incorporação de trabalho europeu, etc..

21) No Peru, por exemplo, as plantações canavieiras rapidamente se tecnificaram atingindo níveis elevados de produtividade; os padrões salariais e o regime de trabalho, no entanto, transformaram-se em ritmo mais lento, dado o meio ambiente semifeudal e a disponibilidade de mão-de-obra inclinada a aceitar reduzidas taxas de remuneração. (Marietegui, J. C. — "Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana".)

tuadas de índices de produtividade setorial. Nota-se, assim, residirem no gênero de economia em que as atividades exportadoras altamente empregadoras de mão-de-obra engendram um considerável apêndice produtor de alimentos, tendências acentuadas a constituição de desequilíbrios de estrutura, quer encarados em termos setoriais, quer vistos através de uma perspectiva espacial. Para realçar tal afirmativa, lembremos que no caso da pecuária extensiva não há razões para o surgimento de diferenças profundas de produtividade setorial dado que a economia de alimentos e de exportação coincidem, caracterizando-se por elevados resultados por homem ocupado. Naturalmente, onde, sim, poderiam manifestar-se desníveis acentuados seria entre esta economia, relativamente homogênea, e os resíduos porventura existentes de culturas autóctones. Quanto às economias dotadas de um setor altamente capitalizado, exportador de minerais, aí não se distinguem desequilíbrios estruturais, pois, a bem dizer, a atividade exportadora constitui um corpo estranho²² ou "um pósto avançado" das economias industriais. O abismo entre a produtividade da extração mineral e das demais atividades não tem paralelo em quaisquer formas de desequilíbrio e, tampouco diferencia uma massa significativa de população (as minas uma vez adotados processos capitalísticos de produção, ocupam, em regra, reduzidíssima percentagem da população economicamente ativa). Além do Estado e de um mínimo de atividades comerciais e urbanas não existem ocupações proveitosas. Subsistem em torno àquelas poucas e localizadas projeções da economia moderna, as culturas autóctones, possivelmente estagnadas em condições precaríssimas de vida econômico-social.

O que procede, permite-nos extrair algumas conclusões relativas a distância vigente entre as classes sociais integrantes das economias sob exame.

Com referência a todos os casos, comecemos por ressaltar a marginalidade, miséria e nula presença política dos eventuais restos de civilizações autóctones, apenas parcialmente aproveitadas em latifúndios de rarefeita atividade econômica ou reduzidos a uma vida dispersa e vegetativa. Já foi assinalado que as atividades exportadoras dificilmente logravam absorver populações autóctones. Constituem exceções a este propósito as explorações mineiras, mas nestes casos deve ser realçada a inexistência de alternativa (os negros não suportavam o frio e a altitude de certas explorações minerais andinas) e recordado que o emprego de indígenas se fazia, de início, com recurso a formas pouco distintas da escravidão. Na realidade, os mineiros tenderiam, no entanto, a ter uma agitada trajetória política e grande projeção na vida nacional de algumas nações. Conseguiriam constituir-se numa "aristocracia operária" exibindo privilégios econômicos e sociais, resultados de suas reivindicações perante as

22) Na evolução destas economias para estágios mais avançados, porém, a progressiva assimilação das atividades exportadoras estaria fadada a ter grandes implicações sobre o destino das nações em formação.

companhias estrangeiras e o Estado. Assim uma típica nação emergente, compreendendo explorações minerais altamente capitalizadas, seria econômica e talvez politicamente controlada por companhias internacionais, tendo, no plano interno, como segmentos socialmente relevantes, os homens ligados à administração e à manutenção da ordem, os senhores rurais (latifundiários) controladores do "hinterland", as agremiações mineiras e, enfim, a massa informe de populações mestiças e índias.

As atividades do campo, pouco utilizadoras de mão-de-obra e de elevada produtividade, se caracterizariam pelo confronto proprietário x peão no meio rural e, ainda, pelo surgimento de amplas camadas cidadinas de estatura econômica baixa ou média, fundamentalmente dependentes de atividades comerciais e públicas. A inexistência de setores de produtividade acentuadamente reduzida garantiria um "standard" de vida mínimo, superior ao da base da pirâmide social das demais regiões primário-exportadoras. Conclui-se, pois, que a distância entre os estratos máximo e mínimo poderia ser imensa, porém estariam atendidas as necessidades vitais de todos, verificando-se ainda, uma certa diversificação no consumo típico dos integrantes das camadas inferiores.

Tanto neste último caso como em se tratando de grandes plantações, densamente providas de mão-de-obra, mas pouco utilizadoras de capital (cana, algodão, em certa medida, etc.) o tope do corpo social seria constituído de indivíduos com uma visão de mundo que os aproximaria de uma aristocracia rural, o que, entre outras conseqüências, acarretaria a pouca flexibilidade de seu comportamento e, por conseguinte, certa incapacidade de adaptação às transformações qualitativas ocorridas no mercado internacional.²³

A abundância de mão-de-obra nas culturas de alimentos ou em regime de produção para autoconsumo, disposta nas adjacências da atividade exportadora e, bem assim, a introdução de escravos africanos operariam em quaisquer casos como fatores de distanciamento entre o tope e a base da pirâmide social. É de se notar, a propósito, que os costumes e instituições que acompanharam a escravidão deveriam demonstrar grande inércia, estendendo-se suas implicações em termos de diferenciação e estratificação social mais além da abolição.

Em economias altamente empregadoras de mão-de-obra, em que as condições do mercado de trabalho resultem em padrões salariais relativamente elevados, as mais interessantes características da estrutura social de-

23) A medida que se capitalizassem as atividades, seus proprietários assumiriam, naturalmente, novos padrões de comportamento (No Brasil, este fenômeno transparece claramente nos romances que compõem o chamado "ciclo da cana" de José Luis do Rêgo). Bem assim, o acima afirmado não é válido em se tratando de atividades de propriedade alienígena — caso em que se reproduzem certas características sociais da economia exportadora-mineral.

correm da existência de mercados rurais, que (somando-se a certas faixas dos mercados urbanos) propicie a implantação de indústrias domésticas.

Com efeito, as emprêsas manufatureiras, ensejadas pela demanda interna em evolução tenderiam a alçar aos escalões superiores da sociedade uma incipiente burguesia, incapaz de ameaçar a hegemonia dos senhores rurais, mas progressivamente habilitada para se fazer ouvir e para pressionar no sentido de uma política tarifária protecionista. A maior produtividade do setor manufatureiro, o ambiente citadino e outros fatores permitiriam, ainda, o surgimento de uma nova base social composta de operários, cujos padrões de vida, grau de organização e reivindicações contrastariam com a extrema pobreza e inércia dos homens do campo.

“ECONOMIAS CONTINENTAIS”

Desde que a economia de uma nação subdesenvolvida repouse em um único complexo primário-exportador, as considerações precedentes são suficientes, em certa medida, para caracterizar sua fisionomia estrutural. Ocorre, no entanto, que algumas nações subdesenvolvidas reúnem duas ou mais células primário-exportadoras. Sendo assim, o país em sua totalidade se constituirá de uma composição de economias regionais, entremeadas de espaços vazios, em estado virgem, ou com um contingente demográfico rarefeito e limitado, dedicado basicamente a atividades de autoconsumo. A este gênero composto de nações, denominemos “*economias-continetais*”. Cada uma de suas células primário-exportadoras está na dependência da demanda externa de certo produto primário. A procura destes bens, como se sabe, move-se com certo paralelismo conjuntural, mas a longo prazo apresenta elevado grau de independência. Infere-se daí que uma nação composta de unidades primário-exportadoras terá suas várias peças evoluindo, com uma trajetória secular própria. Ora, dado que a demanda internacional de bens primários tende a apresentar grandes ciclos históricos, verificando-se para cada produto uma fase de rápida expansão que a partir de certo ponto se estabiliza, podendo mesmo retrair-se ou até sofrer violento deslocamento, conclui-se que uma economia continental constitui-se de patamares móveis de importância relativa variável. Naturalmente, a coexistência de regiões em pleno florescimento com zonas decadentes tende a se fazer acompanhar de movimentos de redistribuição da massa econômica interna, procurando os homens e os capitais (estes, talvez, em menor escala em economias pré-capitalistas) seguir o deslocamento das oportunidades econômicas. As migrações, seguindo a esteira das oportunidades abertas pelo mercado internacional constituíam, aliás, uma das poucas formas de relacionamento intestino destas economias formadas pela justaposição de células voltadas para fora. Observe-se, a propósito, que não havia a possibilidade efetiva ou, sequer, motivação no plano econômico que justificasse a articulação das diversas regiões.

O levantamento das considerações precedentes presta-se a pano de fundo à análise das marcantes diferenças regionais verificadas em certas

economias latino-americanas na atualidade. A Colômbia e mais notoriamente o Brasil têm em seus desequilíbrios internos muitos traços herdados da estrutura espacial de suas vastas economias na fase primário-exportadora.

Uma análise de setores aplicada ao gênero de economias que vimos de caracterizar, revelaria, preliminarmente, a existência de atividades exportadoras de produtividade média variável, na dependência das respectivas funções de produção e do estágio em que se encontre o respectivo ciclo de demanda externa (etapa de surgimento, apogeu, declínio, etc.). Acusaria, ainda, provavelmente a existência de regiões inteiras estagnadas, em que as atividades envolveram de exportadoras para voltadas à subsistência local, a um baixo nível de produtividade — testemunhando com eloquência a fragilidade do crescimento calcado sobre exportações primárias, incapaz de engendrar mecanismos de expansão auto-sustentado. As capitais regionais, por sua vez, em maior ou menor escala terão desenvolvido atividades comerciais e contarão com sementes para uma possível industrialização.

Em suma, seriam constatadas: faixas de atividades de autoconsumo, dispersas entre as células primário-exportadoras, localizadas na fronteira agrária das diversas unidades regionais, ou em áreas pouco acessíveis; zonas de atividades dedicadas à obtenção de alimentos e manufaturas simples, absorvidos pelo mercado interno²⁴ atividades comerciais e empreendimentos de natureza artesanal-industrial sediados nas capitais regionais; e atividades exportadoras propriamente ditas.

Outras particularidades das economias continentais podem ainda, ser inferidas de sua constituição à base de regiões juvenis, maduras e em plena senilidade. Antes de mais nada, a inclusão de regiões decadentes, com reduzido poder aquisitivo externo, tende a traduzir-se num menor coeficiente (global) de abertura externa para a nação como um todo. A seguir, destaca-se o fato de que a decadência de certas áreas (além de provocar a existência de mananciais internos de mão-de-obra) tende a se fazer acompanhar de uma ampliação da economia natural e, o que é mais importante, de um recuo e isolamento tendentes à feudalização de grandes explorações. Os latifúndios inertes e a vida vegetativa das "cidades-mortas" não deve, contudo, ocultar o fato de que o retrocesso se acompanha de um modesto processo de industrialização com alguma diferenciação da vida econômica local.²⁵ As regiões em estado de dormência econômica,

24) Tais atividades, poderiam estar voltadas para o abastecimento de células primário-exportadoras, ou constituir-se em seus restos, em se tratando de surtos em fase de decadência e dissolução (Ex.: a região de Minas Gerais, após o esgotamento do ciclo do ouro).

25) O florescimento do artesanato pode ser uma das conseqüências de involução. Estas reações "defensivas", na medida em que logrem amenizar a queda da renda regional, explicam, em boa medida, o baixo coeficiente importações/PNB das nações continentais.

como se verá posteriormente, podem desempenhar um papel importante na fase de aceleração industrial.

Vista socialmente, a par de características que se podem inferir da exposição precedente, um traço notório seria a competição entre as várias elites regionais que, com alguma defasagem sobre as fases de apogeu e declínio regional, tenderiam a suceder-se como grupos de pressão de maior ascendência sobre o poder central. A frustração das reivindicações regionalistas, muitas vezes contraditórias, em certos casos acarretaria a eclosão de movimentos separatistas, que buscavam conquistar conteúdo político para a independência de fato em que viviam as diversas regiões.

O ESGOTAMENTO DO MODELO PRIMÁRIO-EXPORTADOR

Uma questão decisiva no destino das economias primário-exportadoras, consiste na forma pela qual se dá a superação do seu modelo de crescimento.

— Mencionemos, de início, os casos em que, como conseqüência de inovações ou da descoberta de novas fontes de suprimento, se verifique violento colapso da demanda externa de determinado produto primário. Este tipo de ocorrência que tem vitimado predominantemente centros exportadores de matérias-primas, por seu caráter abrupto e pelo fato de que, em muitos casos a vida econômica anterior se encontrava muito pouco integrada, tende a acarretar as mais violentas crises e, por vezes, um profundo retrocesso das atividades econômicas.

— Outro gênero de conseqüências é acarretado quando o crescimento primário-exportador é detido pelo esgotamento de recursos naturais. Ainda aqui há que distinguir entre o empobrecimento de jazidas minerais, caso em que, progressivamente diminua a produtividade do empreendimento e a ocorrência de uma plena utilização de recursos extensivamente aproveitados — como, por exemplo, o caso do término da disponibilidade de pastagens naturais. Neste último caso, além de serem mantidos, em princípio, os padrões de eficiência, reforça-se a tendência ao crescimento de centros urbanos que já deveriam apresentar porte considerável, dada a massa de excedentes gerados, a capacidade de importar e, enfim, as oportunidades terciárias engendradas por este tipo de economia exportadora.

A mais relevante decorrência do aproveitamento quase total dos solos férteis, reside em que, mantida a renda per capita elevada e tendendo à estagnação a capacidade de importar, verificam-se incentivos internos à industrialização que, ademais, funcionaria como fonte alternativa de em-

pregos. Desacelerado o crescimento das exportações à base de recursos naturais extensivamente utilizados, haveria que considerar a possível busca de solução, via implantação de culturas mais intensivas e, por conseguinte, poupadoras de recursos naturais. Uma outra saída a que tenderiam a recorrer as economias em causa, seria a dilatação dos serviços estatais capaz de prover o sistema de uma maior oferta de empregos.

Na medida em que a industrialização e os serviços estatais incrementassem sua geração de renda, o mercado interno de manufaturas seria impulsionado em consequência do incremento do poder de compra numa situação de rigidez da capacidade de exportar (resultante de esgotamento da base natural sobre a qual se assentam, primordialmente, as repartições). Ademais, o próprio aumento do consumo interno de alimentos, ao diminuir o excedente exportável, reforçaria o estrangulamento externo, estimulando, por sua vez, o avanço das alternativas locais à aplicação de um poder aquisitivo progressivamente "represado".

— Também por saturação e mesmo paulatino retrocesso, poderia a demanda internacional impor um freio à expansão das regiões produtoras de bens primários. Típicamente, esta situação tenderia a acompanhar-se de uma deterioração das cotações internacionais, traduzida internamente numa queda da renda a par da compressão da capacidade de importar. A estagnação e, por vezes, a busca de novas atividades primárias como possíveis migrações de mão-de-obra e capitais em busca de recursos naturais de exploração mais oportuna, constituiriam as prováveis consequências desta modalidade de crise.

Naturalmente, em quaisquer dos casos até aqui apontados, há que considerar que as economias continentais oferecem maior raio de manobra para a saída dos impasses a que estão frequentemente sujeitas as regiões exportadoras de produtos primários.

Consideremos, enfim, o impacto das oscilações propriamente ditas conjunturais, do comércio internacional sobre as economias reflexas. Preliminarmente, fique estabelecido que os efeitos internos dos períodos de expansão consistem, basicamente, na confirmação das características estruturais e funcionais das economias exportadoras. Diante da crise, sim, diferem profundamente, as implicações e reações internas, segundo o tipo considerado de região primário-exportadora. Cabe a este propósito desde logo, observar que sendo as quedas cíclicas precedidas de períodos de euforia e acelerada ascensão, tende a ser de grande intensidade o trauma inicial, provocado pelo colapso da demanda externa.

Já foi apontado, que pelo menos dois fatores estruturais operaram no sentido de fomentar a criação de indústrias no seio das economias pri-

mário-exportadoras: ²⁶ a ocorrência de mercados rurais consideráveis, no caso das explorações altamente empregadoras de mão-de-obra e desde que prevaleçam níveis razoáveis de remuneração ao trabalho; a progressiva participação de atividades manufatureiras locais, em mercados citadinos, verificada nas economias com atividades rurais de alta produtividade, cuja expansão se encontra em cheque, dado o esgotamento dos recursos naturais adequados ao avanço de explorações extensivas.

As economias com atividades primárias altamente capitalizadas, caracterizando-se pela geração de volumosos rendimentos de propriedade, em boa medida remetidos para o exterior, não serão aqui consideradas porque sua industrialização, em regra retardatária, dificilmente encontra estímulos internos, só podendo estes, provir, de início do crescimento vegetativo da população urbana através das atividades comerciais, artesanais e industriais simples que acompanham. Um fator que, como já foi mencionado, pode, no entanto, romper este quadro limitativo é o crescimento do Estado e do funcionalismo, sustentado pela receita fiscal proveniente de tributos impostos às exportações. Tal fenômeno supõe, no entanto, a maturação de reivindicações nacionais e, naturalmente, um clima propício à obtenção de concessões por parte das companhias internacionais.

Anteriormente foi assinalado que, face aos movimentos de expansão e retração do mercado internacional, reagem os grupamentos controladores das exportações, oscilando entre a advocacia do "laissez-faire" e o apêlo à proteção governamental da receita gerada pela remessa de artigos para os mercados industriais. Também já foi mencionada a situação favorecida em que se vêm as indústrias nacionais nos momentos de crise externa, assim como suas dificuldades diante do retôrno aos mercados nacionais de um maior volume de bens importados, com a reversão do movimento conjuntural. Assim, torna-se patente que com a instalação de um setor manufatureiro de custos dificilmente competitivos em termos internacionais, se estabelece no seio da economia uma situação de permanente crise setorial: as dificuldades do setor exportador na medida em que, internamente, atenuadas por mecanismos vários de defesa, propiciam condições favoráveis à expansão manufatureira; a recuperação do setor exportador ameaça as conquistas realizadas na frente industrial.

Como deve ter sido notado, a situação conflitiva — e conseqüente tensão político-social — paradoxalmente só se manifesta nas fases em que o sistema cresce segundo suas características tradicionais. Pôsto o modelo em crise, a defesa dos interesses exportadores acoberta e dá alento às pretensões das camadas industrializantes.

26) Situaam-se êsses dois fatores mais além de uma razão elementar para o surgimento de um mínimo de atividades artesanais-industriais: o fato de que materiais de construção simples, móveis, artefatos de couro e outros bens cujo valor quase se reduz ao de seus ingredientes naturais, jamais constituem objeto de comércio internacional sendo, portanto, em regra, localmente obtidos.

Tal paradoxo, o fato de que os interesses industriais jamais chegaram a avolumar-se e preponderar na balança política,²⁷ e, finalmente, as dificuldades para romper com o esquema de divisão internacional do trabalho, quando ainda era evidente o seu vigor, impediram que por motivação interna fôsse jamais superado pelas nações latino-americanas o estilo de vida primário-exportador.

SEGUNDA PARTE

A CONSOLIDAÇÃO DE UM SETOR MANUFATUREIRO

O impulso industrial, promovido por cada crise, seria ou não anulado quando do retôrno aos "bons tempos", na dependência básicamente de dois fatores históricos que nos permitem escalonar no tempo o avanço da industrialização das nações latino-americanas.

Preliminarmente fique assentado que a tendência ao freio e possível retrocesso da indústria dependeria do grau de recuperação e mesmo expansão da demanda externa no após-crise. Em seguida, estaria na dependência das dimensões atingidas e interesses criados pelo próprio movimento industrial — o que, por sua vez, estaria condicionado pelas dimensões do mercado interno, pela proteção que indiretamente lhe dispensasse a política econômica governamental e, enfim, pela duração da crise. Combinando tais conceitos, podemos entender o porte e irreversibilidade da indústria argentina, pelo menos desde a Primeira Guerra Mundial, a importância já considerável e a aceleração subsequente da indústria brasileira ao ter início a grande depressão da década dos 30, o deslanchar do movimento industrial colombiano ao longo da referida crise e, enfim, os primeiros importantes passos da indústria venezuelana, no curso da Segunda Guerra Mundial.²⁸ É oportuno lembrar que em todos os casos a industrialização na América Latina não logra, pois, impor-se como fruto da evolução interna: cresce e se consolida estimulada pelas sucessivas rupturas do esquema de divisão internacional do trabalho.

Pela sua gravidade, a crise dos anos trinta é usualmente considerada a linha demarcatória, assinalando o esgotamento do modelo de crescimento primário-exportador e o trânsito para o chamado modelo da industrialização via substituição de importações. Convém, no entanto, estabelecer duas ressalvas no sentido de que:

- 27) Os movimentos de ataque ao regime vigente, em alguns casos, foram amplamente fortalecidos pelas camadas sociais médias, porta-vozes do movimento industrializante, não apenas pelas vantagens econômicas que daí lhes poderia advir, como — no caso brasileiro — pelo fato de que os capitais acumulados na frente industrial provinham em boa medida quer da ascensão de imigrantes, pouco indicados para mobilizar campanhas nacionais quer do desdobramento de interesses estreitamente vinculadas às exportações.
- 28) Veja-se *El Proceso de Industrialización en America Latina*, Naciones Unidas.

— para as mais importantes nações latino-americanas a crise de 1929 não significa, em absoluto, o início da industrialização e, sim, sua aceleração. Mais precisamente, é provocada uma revolução no funcionamento dessas economias, pela qual passa a variável dinamizadora, e movimento de expansão industrial, até então caudatário do instável comportamento da variável exógena, demanda externa.

— só as nações que houvessem gestado, na fase anterior à crise, um conjunto de condições indispensáveis à afirmação do movimento industrial, efetivamente mudariam de modelo de crescimento; algumas pequenas nações, na realidade não lograriam se furtar ao impacto depressivo da queda de 29, dariam talvez uns poucos passos em direção à industrialização, mas voltariam ao estilo de vida primário-exportadora, tão logo se recuperassem as condições do mercado internacional.

A GRANDE DEPRESSÃO E AS REAÇÕES DO SETOR MANUFATUREIRO

Muitas das considerações tecidas daqui por diante supõem, implicitamente, o exame de nações que por ocasião da longa e crítica fase coberta pela depressão, iniciada em 1929 e prolongada pela 2.^a Grande Guerra, já haviam constituído um mercado interno capaz de suscitar reações em cadeia num incipiente parque manufatureiro.

A violenta elevação dos preços relativos dos artigos procedentes das nações industriais,²⁹ que acompanhou a brusca queda da capacidade de importar, então verificada, acarretou o surgimento de excepcionais condições de rentabilidade para as empresas manufatureiras já instaladas. Tal fato teria por resultado imediato a acumulação de uma massa de lucros que, de forma óbvia, era atraída para a ampliação e criação de novas empresas. Os fundos para o subsequente processo do crescimento industrial, aliás, não apenas proviriam dos vultosos lucros engendrados no setor manufatureiro como, ainda, poderiam originar-se nas mais flexíveis peças do complexo de interesses vinculados às exportações em crise.³⁰

29) Na experiência chilena, entre 1929 e 1934, o índice geral de preços elevou-se em cerca de 78%, enquanto o de bens importados subiu, aproximadamente, de 220% — *Estruturalistas y Monetaristas* — Anibal Pinto.

30) Referimo-nos não somente aos capitais dedicados ao comércio externo e demais serviços ligados às exportações e importações, como também aqueles aplicados em explorações primárias com razoável grau de capitalização e, por conseguinte, orientados por critérios de ação mais próximos ao capitalismo industrial. Esta última observação nos leva a acrescentar que quanto maior o volume de inversões, desde que de propriedade nacional verificado na agricultura de exportação, por ocasião da crise, melhores as condições para uma reação industrializante.

O crescimento da economia, garantido pela expansão mais que compensatória das atividades industriais,³¹ implicaria no aumento da demanda de importações. Mantidas estas em flagrante estado de compressão (dado o prolongamento da depressão mundial e à subsequente guerra mundial), a renda adicional não poderia senão ser utilizada no mercado interno. Ora, o aumento da produção doméstica, por outro lado, impunha a importação de um volume crescente de materiais, peças acessórias, equipamentos, etc. Era, pois, reforçada a pressão sobre a limitada capacidade de importar, disto resultando a retirada de novos artigos de consumo da pauta de importações, os quais seriam produzidos internamente. Para o entendimento da seqüência de reações que caracterizam a industrialização, via substituição de importações, é necessário lembrar que a expulsão de certos bens de consumo da pauta de importações não tendia a provocar o esvaziamento dêste item. Isto porque não apenas se partia de uma situação em que a aquisição de artigos de consumo no exterior era sumamente diversificada (pois refletia a aplicação do poder aquisitivo das classes de médias e de altas rendas), como porque o próprio crescimento da renda interna pressionava no sentido da elevação do consumo de certos bens, ainda não produzidos na nação e, sobretudo, porque novos artigos seriam introduzidos na pauta de importações, à medida que surgissem e tivessem seu uso consagrado nos centros industriais.³²

A marcha em direção à instalação de indústrias produtoras de artigos de consumo mais complexos, ou mesmo, numa etapa posterior, o início da produção interna dos bens duráveis de consumo (eletro-domésticos, etc.) reforçaria a tendência ao aumento da importação de insumos e equipamentos. Em consequência, ampliavam-se os estímulos à produção interna destes mesmos insumos e dos equipamentos mais simples e de emprêgo mais difundido. A lógica do processo estaria, pois, levando à instalação de indústrias capazes de gerar, internamente, uma parcela crescente do valor incorporado em artigos finais de progressiva complexidade.

O prosseguimento do movimento industrializante no sentido da obtenção interna de produtos intermediários e bens de produção, indica que se caminha do tope para a base da pirâmide industrial, o que, entre outras implicações, reforça no plano interno o interesse pelas fontes primárias de abastecimento. Como veremos, êste vínculo entre a caminhada industrial e a constelação interna de recursos produtivos terá importante papel no destino da economia em formação.

- 31) No Brasil, pouco após o início da crise, já a economia se havia recuperado, ultrapassando por volta de 1933 o marco atingido em 1929. A êste propósito, a "performance" da economia brasileira é, no entanto, excepcional. Em outros casos, ainda que a recuperação em relação ao auge de 1929, fôsse demorada, o crescimento, a partir do nível em que se havia inicialmente tombado, logo se faria sentir.
- 32) Para um exame da dinâmica do processo de importações, vide "Auge e Declínio do Processo de Substituição e Importações" — Maria Conceição Tavares (*Boletim Econômico da America Latina* — vol. IX — N.º 1, março 1964)

• O setor produtor de bens de consumo — por onde se iniciam as reações do organismo industrial em plena infância — dada a violenta quebra da capacidade de importar conta, de início, com um mercado cativo que procurará abastecer utilizando mais intensamente suas instalações e através da implantação de novas unidades. A renda gerada pelo setor produtor de bens de consumo em expansão, no entanto, começa paulatina e progressivamente a constituir-se em razão de ser do prosseguimento de sua expansão o que é tanto mais evidente quanto menor a queda inicial da renda interna e mais rápida a resposta por parte das indústrias nacionais às novas condições de mercado. Da mesma forma, o surgimento de indústrias produtoras de insumos e, mais tarde, de bens de capital, dilata o poder de compra que vai ter no setor produtor de bens finais, estimulando-o.

Genéricamente, podemos dizer que a renda gerada pelo setor manufatureiro em expansão, num duplo sentido o influencia. Primeiramente, a fração do acréscimo de renda que é convertida em demanda interna realimenta, naturalmente, o setor industrial que a engendrou. A seguir, há que considerar a fatia de renda destinada à aquisição de bens importados. A ela cabem, ainda, duas funções: introduzir novos bens na pauta de importação;³³ e, por sua pressão sobre uma disponibilidade limitada de divisas, manter elevados os preços dos artigos provenientes das nações industriais, fomentando, por conseguinte, o início de sua obtenção no parque manufatureiro adolescente. À medida que avança a economia, aumenta a proporção da renda dedicada ao mercado interno e a parcela (decrecente em termos relativos) de poder de compra que persiste sendo aplicada na aquisição de bens de consumo importados é, pois, reduzida à função eminentemente qualitativa de guia para os novos passos no avanço da produção interna de artigos de consumo.

No plano interno, além da renda gerada pela expansão manufatureira, contribuem na formação da demanda os investimentos estatais. A dilatação dos serviços clássicos de Governo e o despontar de formas várias de assistencialismo público afetam, também, em outro sentido, a demanda interna. Referimo-nos ao fato de que a renda gerada pelo Setor Público (examinada numa perspectiva funcional ou pessoal) ao se converter em demanda efetiva, tende a alterar a estrutura do gasto coletivo, num sentido favorável à industrialização em curso.³⁴

Várias são as razões para que o setor público assuma funções crescentes, à medida que progride a industrialização. Lembremos, de início,

33) Tal fenômeno assume grande importância nas etapas superiores do modelo de substituição de importações, por coincidir, historicamente, com uma fase de difusão de novos e custosos bens de consumo duráveis nas nações desenvolvidas (período este, além do mais, em que os países subdesenvolvidos se revelam, excepcionalmente sujeitos ao efeito-demonstração emanado dos grandes centros industriais)

34) Tal tempo será retomado mais adiante.

que cabe ao Estado nos primeiros momentos de crise, através do manejo de instrumentos improvisados de política econômica, conter a retração da renda interna. Posteriormente, o avanço da industrialização, no sentido da produção de bens finais simples para a obtenção de artigos de consumo mais complexos e insumos de toda ordem, exige do Estado:

— a revisão e expansão da infraestrutura de transportes, de forma a ter o sistema acesso às matérias primas de que necessita e sendo, ainda, facilitada a chegada aos centros urbanos, em expansão, dos alimentos ali demandados;

— a constituição de grandes empreendimentos capazes de fornecer energia e demais insumos de uso universal, numa etapa em que o setor privado (nacional) tem diante de si grandes oportunidades internas e reduzida capacidade financeira. Quanto aos capitais estrangeiros a crise conjuntural das economias centrais e, a seguir, o esforço de guerra dificultam sua saída para as áreas subdesenvolvidas (sendo mesmo verificado um refluxo de fundos que chega a constituir-se em grave problema para certas economias periféricas).

Os encargos estatais podem, ainda, estar em expansão por razões de cunho político-social. Com efeito, as primeiras etapas da industrialização têm sido acompanhadas da renovação dos pactos políticos com a ascensão de setores operários que, partindo de uma posição de quase nula presença política, chegam a participar com alguma gravitação na sociedade em transformação.

Naturalmente, a renda gerada pelo setor público irá bater às portas do setor manufatureiro, operando, pois, como mecanismo dinamizador de sua expansão. A conjugação de investimentos privados e públicos, respondendo não apenas às oportunidades diretamente “sugeridas” pelo estrangulamento externo como atendendo a estímulos “para diante e para trás”, disseminados pela própria montagem de novas unidades econômicas, tendem a impulsionar, permanentemente, a economia ao longo do novo modelo de expansão.

A sumária sistematização precedente tem por objetivo permitir algumas conclusões quanto à dinâmica do novo modelo de crescimento que em seus primórdios consiste, essencialmente, num processo de substituição de importações. Suspendendo neste momento as considerações relativas à expansão industrial propriamente dita, passemos a encarar especialmente as transformações em curso, o que nos fornecerá argumentos indispensáveis à retratação das crises de estrutura a que será levado este modelo.

A EMERGÊNCIA DE UMA NOVA ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL

A análise a seguir desenvolvida refere-se, basicamente, às transformações espaciais acarretadas pelo processo de industrialização, quando verificado na modalidade mais complexa de economia primário-exportadora:

aquela em que se distinguem duas ou mais regiões baseadas em atividades voltadas para o mercado mundial.

O primeiro impacto de uma queda generalizada do comércio internacional variará em intensidade nas diversas regiões integrantes de uma economia continental, antes de mais nada na dependência da elasticidade renda da demanda externa do produto exportado. Em se tratando de uma prolongada crise, como a que por distintas razões se estende de 1939 a 1945, as verdadeiras conseqüências serão determinadas pela capacidade de acomodação e ulterior superação pelas regiões, dos efeitos negativos da queda inicial. Naturalmente, será a região apanhada em pleno auge — desde que sua expansão anterior tenha acumulado certas pré-condições ao avanço do parque manufatureiro — a sede das reações internas no sentido da industrialização. No seio da região eleita, o foco da expansão e renovação industrial tenderá a coincidir com o mais importante centro urbano. Neste, naturalmente, já foram dados os primeiros passos na escalada industrial, o que, ademais da disponibilidade de mão-de-obra e serviços urbanos, forma um quadro de atrativos dificilmente superável no contexto nacional (é de se notar que a natureza dos primeiros esforços industriais impede que outros fatores locais, como a proximidade de fontes de matérias primas, tenham preponderante gravitação na escolha das áreas de implantação de novas indústrias).

Numa primeira etapa, as distintas regiões atingidas em graus diversos pela crise buscarão, através de suas elites, com maior ou menor sucesso, sensibilizar os poderes públicos para seus problemas. A região apanhada em pleno apogeu será possivelmente a mais capaz de reivindicar e pressionar com sucesso os centros de poder, com o que se habilita para impulsionar o movimento industrial que vegeta nas demais células, menos capazes de defender-se perante o colapso da demanda externa.³⁵

Na medida em que a defesa da renda e o início da recuperação acarretem o despontar de um polo industrial, surge na economia um centro de atração para homens e capitais provenientes de outras partes da nação. Tem início um processo de concentração que traz da periferia interna para o centro industrial, mão-de-obra e recursos financeiros em busca de oportunidades econômicas. Dado que os homens que se dirigem ao centro industrial tendem a ser os mais jovens e decididos e, considerando-se que os capitais em busca de oportunidades nos centros urbanos pertencem aos mais dinâmicos proprietários rurais, delineia-se, claramente, a montagem de mecanismos cumulativos operando contra as regiões em maior dificuldade e a favor da área em expansão. Além da drenagem de

35) O tipo de cultura predominante — se perene ou de ciclo anual, se altamente capitalizada, densamente absorvedora de mão-de-obra, etc. — além de instituições sócio-políticas constituem, mais concretamente, elementos a ser considerados numa análise da capacidade das regiões em crise, de sensibilizar os poderes públicos.

fatôres, outros mecanismos irão, aliás, operar num sentido “regressivo” para a periferia interna e favoravelmente à expansão da zona em vias de industrialização. Isto porque, induzidos pela cadeia de tensões e respostas que caracteriza o processo de substituição de importações, os setores privado e público, através de variadas formas de comportamento, reforçarão a tendência à concentração de recursos no emergente polo industrial.³⁶

As regiões primário-exportadoras estagnadas e decadentes que, numa primeira fase, favorecem a montagem do centro industrial apenas através dos mecanismos já aludidos, gradualmente passam a favorecê-lo por outras vias. Referimo-nos ao fato de que, superada a carência aguda de manufaturas, poderá o centro industrial iniciar a conquista das diversas unidades regionais. Este fenômeno poderá atingir grande importância se, com a retomada parcial das atividades exportadoras, finda a crise externa, se processar uma recuperação das células primário-exportadoras regionais. Note-se que neste caso a dinâmica do processo de substituição de importações estará, naturalmente, determinando a estrutura das importações e (mantido o estrangulamento relativo da capacidade de importar) as divisas obtidas pelas exportações periféricas não deverão ser indiscriminadamente levadas ao mercado internacional. Os interesses industriais, — já então fortes ou mesmo dominantes — e a própria lógica da afirmação econômica nacional, imporão por exemplo, o não desperdício de divisas na importação de bens de consumo que, progressivamente, poderão ser obtidos pelo parque manufatureiro interno.³⁷

Observe-se, pois, que o polo industrial em montagem desprovido de possibilidades no mercado internacional conta, no entanto, com mercados regionais que, fazendo as vezes de “colônias internas”, serão progressivamente anexados ao mercado nacional em formação. Reside neste fenômeno mais um fato a operar no sentido da ampliação do gasto público, pois a integração do mercado nacional exige uma onda de investimentos em transportes, capaz, de conectar as distantes regiões e o centro industrial. Por outro lado, este mesmo fenômeno além de facilitar os movimentos migratórios, tende a anular a ascendência sobre os mercados locais de que até então gozavam modestos empreendimentos industriais distribuídos pelos centros urbanos regionais.³⁸

36) Alguns destes mecanismos de transferência de substância econômica foram apontados e sumariamente analisados para o caso brasileiro. Destacam-se (além dos movimentos migratórios de mão-de-obra e capitais propriamente ditos) as transferências de poupança pela rede bancária (que coleta depósitos em todas as regiões e investe-os de preferência no polo industrial), nas remessas de lucros de sucursais a matrizes e outros mais, como os de transferência de recursos, via sistema cambial e política tributária. (*Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste* — Celso Furtado).

37) Mais uma vez entra em cena o Estado que é levado a agir em favor do polo dinâmico mediante controle de importações e outros expedientes tendentes a racionalizar o uso das divisas.

38) Trata-se da entrada em cena do chamado “efeito-comércio”, arrolado, por G. Myrdal, entre os fatores explicativos dos círculos viciosos de pobreza e

A procura de alimentos e matérias primas pelo polo em expansão, irradia efeitos estimulantes nas imediações do polo industrial. Assim também, dele emanam economias externas que atingem sua vizinhança, favorecendo-a de varias formas. A consideração desses efeitos centríugos levamos a concluir que a expansão industrial tende a acompanhar-se do surgimento de atividades primárias mais eficientes nas áreas onde predominem os efeitos favoráveis sobre os de natureza perversa.

Chega-se, pois, à conclusão de que a evolução propiciada pelo novo modelo de crescimento acarreta a constituição de um "complexo dinâmico", compreendendo: um setor manufatureiro em progressiva consolidação; serviços modernizados, de toda ordem, introduzidos na zona urbana que compreende o foco industrial em suas imediações; e atividades primárias que, submetidas à pressão de uma vigorosa demanda de alimentos e matérias primas e dotadas de várias facilidades, atingem padrões elevados de eficiência.

Foi, anteriormente estabelecido que (em se tratando de economias continentais) o centro industrial, em processo de consolidação, tende a situar-se no seio da região cujas exportações tivessem obtido maior sucesso em passado recente, acumulando, assim, satisfatórias pré-condições à industrialização. Ora, também foi assentado que seriam justamente tais atividades primárias as mais protegidas pela política econômica (compensatória) levada a efeito ao longo da crise. Cessada a fase crítica, dado que a queda verificada no nível de atividade refletia apenas uma ocorrência conjuntural ou bélica (não se havendo verificado qualquer tendência histórica negativa) não há porque supor que não coubesse a estas mesmas regiões um rápido movimento de recuperação. O que precede nos permite pois, concluir que, contíguo no complexo dinâmico, estarão localizadas atividades exportadoras com vigor e produtividade não desprezíveis. Resta acrescentar que, de forma semelhante ao ocorrido com as regiões periféricas, constitui o bolsão exportador de maior produtividade, fonte de divisas para a nação — que as utiliza segundo a lógica e necessidades do processo de substituição de importações — e mercado manufatureiro no plano interno. Naturalmente, o mercado rural e o volume captado de divisas, pelas atividades primário-exportadoras em causa, estarão, respectivamente, na dependência do tipo de exploração primária e do comportamento da demanda externa, uma vez recuperada.³⁹ Em qualquer caso, no entanto, a demanda derivada dos rendimentos de baixo e médio porte, engendrados pelas atividades exportadoras, irá somar-se ao mercado interno e somente a renda dos estratos proprietários poderá ainda ser (parcial-

riqueza regional e cujo clássico exemplo histórico consiste na anulação dos embriões industriais existentes na Itália meridional, após a unificação da península.

39) Como se sabe, o Brasil foi, a este respeito, excepcionalmente beneficiado não só pelo volume e distribuição da renda gerada pela economia cafeeira como pela evolução da demanda externa, desde o imediato pós-guerra, até o entorno de 1954.

mente) dedicada à importação — contribuindo, assim, para a renovação permanente do feixe de artigos de consumo importados.

Superada a crise externa e restabelecidas as exportações a consolidação em marcha da indústria e a memória das crises conjunturais terão compôsto um quadro propício à transferência de fundos das atividades primárias para o complexo de atividades dinâmicas internas, o que, naturalmente, constitui mais um fator cumulativo em favor de polo industrial.

Chegados a êste ponto, podemos empreender, em linhas gerais, uma retratação espacial da economia em pleno processo de industrialização. Estará ela composta:

— de um conjunto de atividades secundárias e terciárias em rápida expansão e capazes de induzir a dinamização e modernização de certas zonas rurais;

— de um setor exportador que, além de apresentar resultados consideráveis, encontra-se intimamente entrosado com o complexo dinâmico acima referido;⁴⁰

— de regiões internas, mediocrementemente vitalizadas pela retomada do comércio internacional e sujeitas à erosão econômica promovida por um conjunto de efeitos regressivos, explicados pela presença de um polo em montagem no seio da economia;

— de manchas de economia natural provenientes de épocas passadas ou resultantes da recente internação de contingentes demográficos, sem perspectivas nas regiões estagnadas, e incapazes de atingir a região dinâmica.

Para desfêcho dessas considerações, focalizamos, a seguir, características que nos permitem contrapor a estrutura interna da economia em processo de maturação com a conformação vigente no modelo pretérito de crescimento.

Anteriormente, a peça dinâmica era constituída pela atividade primário-exportadora brindada com o mais recente surto de demanda internacional; no nôvo modelo, a expansão não se opera em um setor de atividade e suas adjacências, mas numa complexa economia integrada por um diversificado feixe de atividades. Espacialmente, enquanto a região motora coincidia com a área ocupada pelas atividades primárias em expansão, no nôvo modelo a zona dinâmica compreende, além do núcleo urbano-industrial, as áreas em que predominam os efeitos estimulantes sôbre os efeitos regressivos emanados do polo.⁴¹

40) As novas condições do comércio internacional podem, inclusive, estimular o surgimento de atividades exportadoras inéditas, bem como a ampliação das explorações existentes, com o surgimento de "zonas pioneiras".

41) Evidentemente, fica implícito que a linha demarcatória entre a zona dinâmica e a periferia inerte compreende os pontos em que se anulam as forças centrípetas e centrífugas partidas do polo.

A ESTRUTURA DO MERCADO INTERNO E O AVANÇO DA INDUSTRIALIZAÇÃO

Com a utilização de conceitos extraídos do exame setorial-espacial da nova economia, busca-se, a seguir, encarar o problema do mercado consumidor interno, sua constituição e perspectivas.

Na fase primário-exportadora, segundo elementos de análise apresentados na primeira parte deste trabalho, estaria genericamente assim estruturada a demanda interna:

— os grupamentos proprietários vinculados às exportações nas diversas células primário-exportadoras seriam, basicamente, consumidores de manufaturas importadas;

— os grupamentos citadinos de médio e baixo poder aquisitivo, distribuídos pelas capitais regionais dividiriam em maior ou menor proporção, segundo fatores já anteriormente contemplados, sua demanda de manufaturas entre importações e aquisições locais;

— os trabalhadores rurais da célula primário-exportadora, beneficiada por uma generosa demanda externa, constituiriam em escala variável, mercado para manufaturas simples de procedência interna;⁴²

— os trabalhadores rurais das regiões primário-exportadoras deprimidas e, bem assim, aqueles absorvidos pela economia produtora de alimentos (voltada para mercado ou destinada a auto-consumo) seriam dotados de poder aquisitivo insignificante na faixa das manufaturas.

Desencadeado o processo de industrialização, o mercado interno de manufaturas terá sua expansão dependente, basicamente, da dilatação da massa de rendimentos que toca aos estratos de médio (pequenos proprietários, administradores, funcionários públicos, vendedores, etc.) e baixo (operários) poder de compra, incluídos no que anteriormente se denominou "complexo dinâmico". Quanto aos grupamentos proprietários, seu consumo exige produtos que, numa primeira etapa, dificilmente seriam obtidos pelas indústrias em ampliação ou instalação no plano interno. Mantem-se, naturalmente, o modesto consumo de manufaturas por parte de trabalhadores rurais, na medida em que a queda da renda gerada pelo respectivo setor de produção seja efetivamente contida e, numa etapa ulterior, se recupere com a retomada do comércio internacional. Finalmente, as atividades que, no modelo pretérito, mostravam-se incapazes de dotar sua base de trabalhadores com um poder aquisitivo que atingisse às manufaturas, pouco ou nada têm a ver com as transformações em curso.⁴³

42) Assumem a este propósito, papel decisivo a macrofunção adotada no setor exportador — determinante do coeficiente de absorção de mão-de-obra e da produtividade por homem ocupado — e o regime imperante de remuneração ao trabalho.

43) Este tema será adiante retomado.

Encarada através de uma perspectiva centrada sobre questões de mercado, o vigor desta primeira fase repousa sobre uma feliz coincidência entre o gênero de artigos manufaturados — de consumo não durável — cuja produção se encontra em expansão e o tipo de mercado engendrado por este mesmo movimento. No que toca às rendas de propriedade, geradas no complexo dinâmico, as excelentes oportunidades de lucro aí encontradas e as dificuldades de importação atuou em favor de uma alta propensão a investir, ocorrendo, não obstante, um certo desvio de poder de compra aplicado em artigos de consumo, de procedência externa.

O prosseguimento da industrialização, no entanto, se acompanha de tendências capazes de, progressivamente, anular fatores altamente positivos, verificados nos primórdios da aceleração industrial. Com efeito, a oferta de mão-de-obra nos centros urbanos é, de início, relativamente escassa⁴⁴ e, assim, a força de trabalho operária é leiloada pelos empregadores que, ademais, lançam mão de processos produtivos intensamente utilizadores de trabalho.⁴⁵ Com o prosseguimento da expansão industrial, no entanto, a melhoria no sistema de transportes, o conhecimento das condições de vida nos centros urbanos e o ímpasse e decadência de várias áreas rurais, atuam no sentido de acelerar o êxodo rural. Paralelamente, se estará evoluindo de uma etapa em que o crescimento se baseia na expansão e implantação de indústrias “tradicionais” para outra, em que o avanço industrial passa a decorrer, em boa medida, da introdução de ramos mais complexos e cujos processos produtivos se mostram menos absorvedores de mão-de-obra.

Combinando as informações precedentes vemos que tende a se desacelerar o ritmo a que cresce a força operária⁴⁶ ao tempo em que se incrementa a chegada de homens às cidades — tais ocorrências tendem a comprimir o montante relativo de salários na renda gerada pela indústria.

Se fôssem estes os únicos fatores em cena, poder-se-ia concluir que, num prazo não longo, o sistema poderia defrontar-se com graves problemas de mercado. Há, no entanto, que adicionar algumas forças compensado-

44) Tal condição está na dependência do tipo de atividade primário- exportadora, anteriormente em expansão. Naturalmente, explorações altamente empregadoras de mão-de-obra e em rápido crescimento, tendem a “freiar” a formação de grandes centros urbanos (e vice-versa), sendo a região de São Paulo, nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, talvez o mais eloquente exemplo a este respeito.

45) Note-se, paralelamente, que é também por esta época que, como já foi aludido, a renovação das bases do poder valoriza a participação da classe operária emergente, capaz de conquistar facilmente alguns benefícios.

46) No período de 1938-48, o produto industrial da América Latina aumentou a uma taxa anual de 5,8% enquanto o emprego no setor evoluiu a uma taxa de 3,6%. No período 1953-58, enquanto o produto crescia de 6,2% anualmente, a taxa de expansão do emprego industrial reduziu-se a 1,6%. Veja-se *“Una Política Agrícola para Acelerar el Desarrollo Económico de América Latina — Nações Unidas (E/CN.12/592).*

ras que, progressivamente, se fariam presentes trazendo estímulos no prosseguimento da escalada industrial. Destacam-se entre elas:

— o crescimento das atividades estatais que, impulsionadas nas várias frentes, anteriormente mencionadas, constitui manancial de poder aquisitivo de porte médio e baixo, a alimentar a demanda de manufaturas engendradas pelas atividades privadas do complexo dinâmico;

— a melhoria das condições de transporte (como conseqüência da renovação de infraestrutura a cargo do Estado), permitindo ao polo industrial, progressivamente, anexar os mercados regionais;

— e, enfim, o fato de que a renda gerada pelo aparelho produtivo em expansão desemboca em proporções crescentes no parque manufatureiro interno, dada a progressiva compressão do coeficiente de abertura externa (básicamente determinado pelo medíocre crescimento da demanda internacional de bens primários, numa fase de acelerado crescimento interno).

Dado que não se elevam com rapidez os salários reais, a base da pirâmide social no complexo dinâmico não logra ultrapassar o consumo de bens gerados pelas indústrias tradicionais e, em conseqüência, o surgimento e expansão de novos setores industriais passa, ao término de uma primeira fase, a basear-se nos fenômenos acima apontados. Evidentemente, a própria expansão assim fomentada engendra rendas de propriedade, ordenados e salários que realmente o processo em curso (o que constitui, porém, fenômeno derivado, não podendo, por conseguinte, ser apontado entre os fatores originais no prosseguimento da expansão).

Ao ingressar o sistema na etapa de produção de bens de consumo complexos e de alto valor unitário, certas tendências anteriormente dividadas tornam-se evidentes. Já então, a base da pirâmide social não pode, em absoluto, adquirir os artigos produzidos pela vanguarda da indústria de bens finais, dado seu elevado custo unitário. A alta complexidade destas indústrias, no entanto, multiplica seus efeitos “para traz”, fazendo com que cada novo ramo (geladeira, televisão, automóvel) se faça acompanhar de uma série de emprêsas supridoras de peças, acessórios, etc., — o que, por sua vez, amplia e diversifica enormemente o mercado de equipamentos. Nesta etapa superior do processo de substituição de importações, verifica-se, pois, uma sobreposição de movimentos em que cada passo adiante produz efeitos recorrentes sobre uma estrutura industrial que tende a integrar-se pela multiplicação de suas relações inter-setoriais. Naturalmente, enquanto os rendimentos de propriedade ou devidos ao trabalho altamente qualificado, incrementados nesta vigorosa fase de expansão, distribuem-se, predominantemente, entre artigos de consumo que imitam o estilo de vida dos grandes centros industriais, a expansão de volume de salários e pequenos ordenados assegura continuidade ao crescimento das indústrias de alimentos, bebidas, tecidos, calçados, etc.

A implantação de grandes empresas estatais em autênticos “pontos de acumulação” dos efeitos “para trás”, disseminados pela indústria em expansão, contribue, ainda, para intensificar o crescimento nesta fase em que se verifica a consolidação das bases da pirâmide industrial. Com vistas ao abastecimento do sistema, de insumos de uso generalizado, tende, mais uma vez, o Estado a ampliar seus gastos de infraestrutura, — com o que avança a economia no sentido de assentar-se, finalmente, sobre sua própria base de recursos naturais.

O levantamento dos fatores e mecanismos responsáveis pela dilatação do mercado interno de manufaturas, à medida que se desenvolve o movimento industrializante, permite uma sistematização de etapas já sugerida por considerações anteriores e a seguir explicitada.

— Numa primeira fase, as inversões internas sem ampliação e criação de indústrias são diretamente orientadas pelo “vazio” deixado pelas importações. Trata-se de atender a uma demanda estabelecida e momentaneamente frustrada;

A segunda fase se abre ao se multiplicarem investimentos induzidos em dois sentidos, pelo esforço expansionista da fase precedente. Primeiramente, trata-se de transportar para o plano interno a obtenção dos insumos necessários à operação das fábricas recém-instaladas (note-se, pois, que o mercado, no caso, foi preparado na etapa precedente). Há, por outro lado, que atender à crescente demanda engendrada por um parque manufatureiro em rápido crescimento. Já nessa etapa poderão o progresso técnico dos centros industriais e o efeito-demonstração responder pelo surgimento de novos itens na pauta de importação de bens de consumo. Tal fato sugere, naturalmente, o avanço da indústria no sentido da instalação de novos ramos no setor produtor de bens de consumo. O maior valor unitário destes novos bens e a incapacidade dos salários reais internos de elevar-se com rapidez, introduzem os primeiros vestígios da crise de mercado para seus próprios produtos cujos preços de venda se mostram inas novas indústrias (em contraste ao ocorrido na fase de ampliação das indústrias tradicionais) se mostram praticamente incapazes de criar mercado para seus próprios produtos cujos preços de venda se mostram inacessíveis às classes assalariadas.⁴⁷

47) Deve ficar claro que não se trata aqui de um problema de “gradação”, no sentido de que o mercado para inovações no campo dos bens de consumo é, de início, constituído por indivíduos de alta e média renda, havendo, posteriormente, uma progressiva incorporação de novos estratos sociais até ser atingida a fase em que se verifica o “consumo de massas”. Para que tal se verificasse, seria necessário que o poder de compra de operários e homens do campo estivesse em rápida ascensão (dado o baixíssimo nível de que partem) e/ou, que os preços de venda dos referidos artigos evoluíssem no sentido de um notável barateamento. Inútil comentar que ambos os movimentos não são, em absoluto, constatados em nossas economias.

— Para caracterização da terceira fase, assinalemos que já se encontra superada a escassez de manufaturas, provocada pela abrupta queda inicial da capacidade de importar. O avanço do setor produtor de bens de consumo já o desconectou, em termos de mercado, dos estratos de baixas rendas. Os estímulos à industrialização provêm, então, basicamente de dois mecanismos: o aproveitamento dos efeitos “para diante e para trás” que criam mercado no seio mesmo do aparelho produtivo da nação; o avanço do polo industrial no sentido de capturar os mercados regionais internos (que lhe oferecem oportunidades tanto maiores quanto mais volumosa a substância econômica das diversas regiões integrantes da nação).⁴⁸ Em resumo, ocorrem, pois, dois movimentos de integração: vertical — verificado no parque industrial em consolidação — e horizontal — do espaço interno. A integração do parque industrial e a incorporação de novos ramos na produção de bens de consumo duráveis, supõem investimentos de vulto e o domínio da mais recente tecnologia industrial — êstes e outros fatores operam no sentido de ampliar a penetração do capital estrangeiro no parque manufatureiro. Por outro lado, os investimentos de base exigidos pela consolidação da infraestrutura do sistema acarretam uma ampliação da formação de capital pelo Setor Público. As rendas de baixo porte, engendradas pela expansão global vão bater às portas das indústrias tradicionais, que prosseguem sua ampliação; os ramos mais avançados na produção de bens de consumo modernos e sofisticados valem-se, em termos de mercado, do crescente volume de rendas de propriedade, engendrados pelo complexo dinâmico e da captura de mercados correspondentes aos estratos mais elevados de renda, nas regiões integrantes da periferia interna.

— Na última fase processam-se, no seio da nação, os derradeiros grandes investimentos de integração vertical do aparelho produtivo. O movimento no sentido de conectar internamente o espaço nacional prossegue, buscando a incorporação dos mais distantes mercados — que pouco adicionam ao mercado nacional de manufaturas de consumo.⁴⁹ O lançamento de novos bens de consumo não mais supõe o período de quarentena em que, nas fases precedentes, os artigos permaneciam na pauta de importações aguardando a “acumulação” de um mínimo de demanda que justificasse sua produção interna. Com efeito, a indústria interna, diversificada

48) Nesta fase, pois, tendem a ter menores oportunidades as nações que, não tendo uma conformação continental, não contam com a dimensão “espacial” para o crescimento do mercado de bens de consumo. Tal fato, além de dificultar a ampliação dos mercados finais, lhes veda a introdução de certos ramos industriais (onde sejam mais relevantes as “economias de escala”) e, conseqüentemente, atenua as pressões que levam à integração do parque industrial.

49) A fusão do mercado nacional das economias regionais impõe o início da tomada de consciência de seus problemas e em certos casos, de suas misérias e tensões sociais. Até então, os interesses ditos nacionais coincidiam com as necessidades do polo industrial em avanço. Procedem-se, pois, um alargamento dos horizontes em que se encontrava contida a temática capaz de empolgar a nação.

e flexível, já então possui um raio de manobra que lhe permite decidir pela implantação de novos ramos.

Na sistematização precedente, não foi indicado o papel que cabe ao Estado em cada etapa. Tal fato se justifica, dado que, em princípio, não tem o setor público autonomia de movimentos em relação às transformações em curso: em cada momento estará executando, basicamente, aquilo que lhe sugere ou exige o prosseguimento do modelo (com possíveis defasagens e conseqüente surgimento de pontos de estrangulamento...). Sem, pois, assinalar o papel do Estado que (no plano "real") pode ser inferido dos obstáculos sucessivamente enfrentados pela economia industrial em formação, assinalemos, tão somente, que a renda gerada pelas entidades públicas, por sua distribuição típica (funcional e pessoal) tende a nutrir, predominantemente, as indústrias de gênero tradicional.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Voltemo-nos, momentaneamente, a uma questão, já anteriormente mencionada e que tende a agravar-se nas etapas finais do modelo de crescimento analisado. Referimo-nos à situação em que se encontra a base da pirâmide social no polo industrial e na nação como um todo, os fenômenos que dominam tal problemática consistem: — na aceleração do crescimento demográfico, que chega a atingir um ritmo capaz de dobrar a população em cerca de 25 anos; — na evolução da tecnologia, no sentido de, progressivamente, poupar mão-de-obra por unidade de produto; — na inadequação do sistema agrário para a absorção produtiva da mão-de-obra em rápido crescimento.

Nas regiões periféricas de antiga colonização (onde se mostre mais elevado o coeficiente de população rural) um amplo crescimento demográfico defronta-se com um sistema de propriedade agrária, particularmente rígido. A inércia e impermeabilidade do latifúndio têm aí, por contrapartidas, a pulverização da pequena propriedade e o êxodo em direção às capitais regionais ou em busca de terras mais longínquas: o pólo industrial, as "zonas pioneiras" ou mesmo, as terras virgens do "hinterland" continental.

Nas proximidades do pólo, a agricultura dinamizada por intensa demanda de alimentos e matérias-primas, apresenta certa flexibilidade sendo capaz de empregar produtivamente a mão-de-obra de que dispõe. Neste caso, o êxodo para os centros urbanos, quando verificado, decorre quer da mecanização de certas culturas, quer da substituição da agricultura de alimentos por pecuária.

O pólo industrial defronta-se, pois, com uma oferta de mão-de-obra que resulta, não apenas do crescimento demográfico aí verificado, como da chegada de homens do campo. A medida que avança a industrialização, a tendência poupadora de mão-de-obra da tecnologia se impõe não

apenas como um reflexo da evolução tecnológica em curso nos centros industriais, como agravada pela seqüência de etapas em que se desenvolve o processo de industrialização interna. Com efeito, as fases anteriormente mencionadas indicam que se caminha da implantação de indústrias intensamente empregadoras de mão-de-obra para a criação de indústrias intensamente capitalísticas.

O excesso de mão-de-obra sôbre a capacidade de absorção das indústrias e dos serviços de alta ou média produtividade se traduz na proliferação de atividades marginais que inflam o setor terciário, proporcionando condições de autêntico "subemprego" à mão-de-obra sobrando.⁵⁰ O reduzido padrão de vida proporcionado por tais improvisadas atividades terciárias, tem por efeito manter em reserva um contingente de mão-de-obra cuja existência não pode deixar de ter efeitos depressivos sôbre a remuneração do trabalho não qualificado empregado pela indústria, o comércio e os demais serviços produtivos. Por outro lado, o parco poder de compra das populações marginais não lhes permite constituir-se em consumidores significantes de artigos manufaturados — sua capacidade aquisitiva tenderá a somar-se, básicamente, à demanda (urbana) de alimentos. Sua presença nas cidades tende, no entanto, a agravar questões sociais e a exigir a ampliação de diversos serviços públicos. O não atendimento desta demanda (implícita) de serviços tais como moradia, educação, saúde, etc., acarreta a deterioração das condições de higiene e salubridade e o agravamento dos problemas sociais.

Especialmente, a maturidade industrial do pólo se acompanha de obras que visam a complementnar os esforços de integração, anteriormente empreendidos. Uma vez anexados os mercados regionais, não mais pode o pólo extrair dinamismo da expansão horizontal de seus mercados internos — daí uma maior receptividade para com a questão de crescimento econômico das regiões. Nestas, a base da pirâmide social, multiplicando-se a um ritmo elevado⁵¹ não encontra colocações produtivas num contexto econômico-social estagnado. A inércia das regiões que não parece encontrar solução espontânea num modelo de crescimento, notôriamente localizado e excludente, só pode ser enfrentado por decididas atitudes corretivas. Tal observação leva-nos a tocar numa das mais graves questões com que, inequivocamente, se defronta o sistema ao término das etapas anteriormente apontadas.

O movimento industrializante que irrompe na década dos 30 e, progressivamente, se confirma nas duas décadas subseqüentes, não foi desencadeado quer por uma prévia maturação de condições, quer por uma opção política firme e conseqüente. Na realidade, tem início como um

50) A taxa de crescimento anual da população ocupada no decênio 1950-60 apresenta os seguintes resultados: Setor Primário: 1,75; Setor Secundário: 2,4; Setor Terciário: 5,2.

51) Atenuado, no entanto, pela válvula de escape em que consistem os movimentos migratórios.

processo de compensação interna à crise mundial e, uma vez em marcha, por um processo de criação e remoção de tensões, encontra-se seu caminho até um desfecho final, em que, esgotados os mercados "cativos" que mobilizam o processo de substituição de importações em seus primórdios, integrados horizontalmente os mercados internos e apresentando-se praticamente findo o processo de vertebração da indústria nacional, se aprofundam e, em certa medida, se indeterminam os obstáculos à continuidade do desenvolvimento. Os baixíssimos níveis de vida a que subsistem a maioria das populações distantes do pólo dinâmico e, bem assim, sua própria base social, testemunham a inequívoca necessidade (quer por preocupações político-sociais, quer por razões de mercado) não apenas de novos avanços como um progresso mais abrangente.

Os novos passos não mais serão, no entanto, diretamente sugeridos pela lógica do processo de industrialização. Esta chegou à maturidade, dentro dos parâmetros que delimitam o sistema.

Pela primeira vez, torna-se imperioso optar. Não se trata, tão-sòmente, de atingir um certo ritmo de crescimento; impõe-se, previamente, definir a direção em que se pretende levar o sistema. As possibilidades são muitas, desde que se admitam mudanças de estrutura: há homens desocupados, terras inaproveitadas e uma capacidade de investir que se libertou das exigências do período anterior de expansão. Os "projetos" de desenvolvimento integrado são, no entanto, de difícil formulação, dado o número de variáveis em jôgo e a complexidade que decorre de se levar em conta possíveis alterações nos parâmetros de estrutura. Com efeito, os desequilíbrios setoriais, espaciais e sociais, que, ao longo da etapa histórica superada, foram redefinidos e agravados devem, por fim, ser enfrentados. As dificuldades não provêm, porém, simplesmente da ausência de um coerente equacionamento de problemas ocorre que a própria natureza das questões despertadas, traz à tona interesses em choque e conflitos políticos. Imerso nesse contexto e em sua problemática, encontra-se o Estado que, dado o impasse atingido e o afloramento de questões relativas à orientação do sistema, deixa de ser o "Estado-serviços", imagem com que se fez presente ao longo da etapa histórica esgotada e afirma-se como "Estado-poder", cuja natureza e propriedades adquirem máxima ressonância nesta fase crítica.